

FLÁVIO VINÍCIUS SOARES DE SOUZA

Inimigo do país: análise da construção da imagem do Irã
no Jornal Nacional, a partir das matérias veiculadas em setembro de 2009

Monografia apresentada ao
Curso de Comunicação Social
da Universidade Federal do
Ceará como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel
em Comunicação Social,
habilitação em Jornalismo, sob
a orientação do Professor
Nonato Lima.

Fortaleza
2010

FLÁVIO VINÍCIUS SOARES DE SOUZA

Inimigo do país: análise da construção da imagem do Irã
no Jornal Nacional, a partir das matérias veiculadas em setembro de 2009

Esta monografia foi submetida ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Monografia apresentada à Banca Examinadora:

Prof. Ms. Nonato Lima (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Ms. José Ronaldo Aguiar Salgado (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Liana Viana do Amaral (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Fortaleza
2010

Agradecimentos

Na medida em que somos consequência dos acontecimentos pelos quais passamos ao longo da nossa existência, é possível entender que nada do que fazemos ou pensamos é resultado estritamente individual. É como se fosse possível dizer que temos sido trazidos até o presente por tudo ou todos os que passaram por nós, ainda que tais fatos e sujeitos não sejam sequer lembrados, permanecendo num inconsciente do qual não temos a menor “notícia”. Com isso, quero dizer que temos uma espécie de dívida com muitas pessoas.

Quando reconhecemos que estamos em débito com alguém, buscamos sanar esta situação de muitas maneiras: agradecer é uma delas. No entanto, há favores que jamais serão pagos, constituindo débitos dos quais invariavelmente seremos devedores. Creio que aqui verei expressar alguns deles. Naturalmente, pode ocorrer de certos indivíduos essenciais para a minha formação sejam esquecidos, mas isso não será capaz de diminuir-lhes o valor ou impedir-me de reconhecer-lhes gratidão eterna.

À minha mãe e ao meu pai, agradeço por terem apostado em mim quando nem eu mesmo me supunha suficientemente pronto a conquistar o que quer que seja. Vocês dois tornaram viáveis todos os meus estudos, servindo como uma ilha de tranquilidade no mundo tumultuado e abarrotado de sentimentos perversos. Além disso, a minha formação moral foi inteiramente pautada em vocês.

A tia Dorinha, por ter me alfabetizado de forma tão paciente.

A tia Adauneide, pelos trabalhos em que tínhamos liberdade de ação, em plena sexta série (sexto ano, hoje).

A tia Marilene, o marido dela Zé Nomar e os filhos, meus primos, Érika, Karine, Paulo Airton e Nomar Júnior. Eles me receberam durante cinco anos, oferecendo-me casa, comida e roupa lavada, além de uma recepção que me fez sentir-me como se eu fosse “de casa”. Obrigado pela paciência em todos estes anos! Minha dívida com vocês é infindável.

A tia Teté.

A vovó Lourdes, que acreditou em mim.

A vovô Airton e vovó Ní, que reconhecem os meus esforços.

Aos meus irmãos Rubens César, Marcos Bruno e Caio Régis. Todas as vezes que vocês colocaram em dúvida a minha escolha pelo jornalismo, me ajudaram a ter mais certeza sobre o curso que optei.

Aos meus colegas do jornalismo, que, com a amizade, me ajudaram a não desistir. Principalmente, Vinícius Mota, Bruno Falcão, Emília Gomes, Geimison Maia, Mariana Lazari, Priscila, Denise Ferreira.

Às minhas colegas bibliotecárias, Bárbara e Rafaela, que pensaram que eu não conseguiria terminar a monografia no tempo certo.

Ao professor Nonato, pelas dicas e pela orientação.

Resumo

A globalização tem realizado divisões e uniões em escala planetária. Certas fronteiras têm sido montadas e alguns preconceitos, ultrapassando os séculos, têm permanecido no imaginário dos povos, impedindo alianças e tornando inviável a existência de um planeta uno. Tais fronteiras dizem respeito a limites culturais, impostos em escala planetária e repassados através de mecanismos ideológicos e discursivos. Apresentamos uma análise da forma como o Jornal Nacional, telejornal noturno da Rede Globo de Televisão, tem retratado o Irã. Este país foi recentemente classificado por George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos, o Estado com o maior poderio bélico do mundo, como uma das três nações que pertencem a um “eixo do mal”. No entanto, os desentendimentos entre os Estados Unidos e o Irã parecem vir de mais longa data: desde a Revolução Iraniana de 1979. Analisamos a cobertura que o Jornal Nacional fez sobre o Irã durante o mês de setembro de 2009, além de resgatarmos um pouco da história recente deste país e da formação da Rede Globo e do Jornal Nacional. Na constituição de uma estrutura teórica, utilizamos autores que tratam, principalmente, dos temas referentes a televisão, globalização, ideologia, orientalismo e discurso. Dentre as considerações a que chegamos, podemos afirmar que o Jornal Nacional tem atualizado preconceitos e institucionalizado medidas agressoras em relação ao Irã, em formulações que, se não impedem, no mínimo tornam menos possível a existência de uma união mundial.

PALAVRAS-CHAVE: globalização; orientalismo; ideologia; discurso; telejornalismo.

Sumário

1. Onde está o perigo?.....	6
2. O mundo se divide.....	9
2.1 Divisão globalizada.....	9
2.2 Oriente versus Ocidente.....	15
2.3 Quem é o oriental para o orientalismo?.....	17
2.4 A divisão ideológica.....	20
2.5 A divisão pelo discurso.....	24
3. O Irã e o Jornal Nacional.....	29
3.1 Irã.....	29
3.1.1 De Pérsia a República Teocrática do Irã.....	30
3.1.2 A intervenção religiosa nos países islâmicos do Oriente Médio.....	32
3.1.3 A Revolução Iraniana.....	33
3.1.4 O programa nuclear iraniano.....	36
3.2 Jornal Nacional.....	37
3.2.1 Surge a TV Globo.....	37
3.2.2 O Jornal Nacional é inaugurado.....	39
3.2.3 Breve “perfil” do Jornal Nacional.....	41
3.2.4 O jornalismo internacional no Jornal Nacional.....	42
4. Construindo um inimigo.....	44
4.1 Delimitação do período a ser analisado.....	46
4.2 “O Irã está isolado do resto do mundo”.....	47
4.3 “O programa nuclear do Irã vai ser usado para a guerra”.....	50
4.4 “O Irã ataca e os outros se defendem”.....	58
4.5 “Os alvos iranianos são Israel e a Europa”.....	60
4.6 “Mahmoud Ahmadinejad não merece crédito”.....	62
5. Considerações finais.....	68
Referências bibliográficas.....	72
Anexos.....	78
Anexo A.....	79
Anexo B.....	80
Anexo C.....	81

1. Onde está o perigo?

Uma divisão pode ter muitos significados e consequências: desde uma barreira que se coloca entre “o eu” e “o outro” até a própria criação deste “outro”. Essa delimitação pode causar movimentos de intolerância e incompreensão quando não se tem maturidade suficiente para compreender a presença do “outro” como a complementaridade do “eu”. Com atitudes assim inflexíveis, demarcar limites pode configurar-se como tarefa perigosa.

Desse modo, entendemos a instituição de duas partes dividindo o mundo como determinante para a restrição de uma congregação em escala planetária. Operando na formulação da imagem de um Oriente fraco, inferiorizado, criminoso, estúpido, malévolo temos a definição do Ocidente como o justo, forte, superior, correto, benéfico, naquilo que se poderia chamar de uma tentativa de criação do “outro” a fim de fortalecer laços de identidade internos e concepções da supremacia do ente criador da divisão.

Estas questões são presentes, inclusive e, talvez, com maior força, no contexto da globalização. Apesar de o mundo estar tecnologicamente hábil a unir-se, culturalmente ainda não se apresenta com capacidade para efetuar uma união completa. De fato, há um limite para o entendimento de todas as nações entre si, definindo as fronteiras com as quais podemos lidar, os grupos com os quais conseguimos nos identificar, a humanidade que podemos aceitar.

Um inimigo, então, é gerado para dizer-se que, ultrapassando determinado limite, encontra-se aquele que não sou “eu”. A concretude deste “outro” é sentida com maior pujança através da instituição de ondas de ataque, desde aqueles verbais e simbólicos, onde os canais de transmissão das formações ideológicas ocupam lugar destacado, até os ataques que se responsabilizam por eliminar as partes mais físicas, em extermínios ou torturas. Negando a humanidade de certos povos, torna-se possível empreender movimentos de exclusão e a instituição de agressões.

Naturalmente, compreendemos a diferenciação e criação do “outro” como imprescindível para o reconhecimento do que possa ser o “eu”. O problema, no entanto, está

em como se lida com os limites instituídos: se com agressão e intransigência ou compreensão e respeito.

O Jornal Nacional noticia com determinada frequência acontecimentos relativos ao Irã. A cobertura, entretanto, parece limitar-se a determinados ângulos, pautas e abordagens, impossibilitando que se tenha conhecimento de um número imenso de informações relativas a este país. De certo modo, a escolha dos ângulos e pautas que o Jornal Nacional faz para o Irã parece querer formar para esta nação a imagem de um possível inimigo, um perigo para a constituição de um planeta pacífico.

É fato que o Irã é palco de algumas polêmicas e o atual presidente deste país, Mahmoud Ahmadinejad, tem certas atitudes que, para algumas pessoas e culturas, poderiam ser consideradas repreensíveis. Como exemplo, poderíamos citar o momento em que Ahmadinejad afirmou ser uma “farsa” a morte de judeus na Segunda Guerra Mundial. Sobretudo, tal afirmação parece ser chocante depois de décadas de propaganda dos horrores feitos pelos alemães contra os judeus neste conflito.

No entanto, não pretendemos realizar uma espécie de defesa ou justificção de atos do governo iraniano que podem ser entendidos como deploráveis. Com efeito, o que procuramos foi analisar a cobertura que se constrói de um país que parece ser entendido como uma oposição. A locação deste país num “eixo do Mal” por George W. Bush, ex-presidente dos Estados Unidos, pode servir de indício da maneira como esta nação é vista no contexto da política internacional nestas últimas décadas.

Naturalmente, compreendemos que não existem Estados, líderes ou instituições do “Bem” e do “Mal”: a complexidade do ser humano nos impede de interpretá-lo com uma visão maniqueísta sem que, para tanto, esta complexidade seja seriamente prejudicada. Dessa forma, podemos nos perguntar o porquê de um país ser tomado como um inimigo de maneira tão insistente pelo telejornal brasileiro de maior audiência, enquanto outras nações, cujos líderes e governos tomam atitudes igualmente condenáveis, são preferencialmente entendidas como protetoras e guardiãs da “normalidade” das coisas.

Além disso, entendemos que a maneira como se constrói a imagem de uma nação não deve ser a de institucionalizar ataques ou tornar legítimas atitudes bélicas. Para tanto, esperamos para o jornalismo coberturas que prezem pela veiculação da necessidade de ações pacíficas e da resolução de problemas através de medidas diplomáticas. É, pois, impróprio

observar a fronteira entre o “eu” e o “outro” com uma agressão que somente será capaz de repercutir no estabelecimento de preconceitos e conflitos armados.

Podemos entender que o jornalismo é fonte capaz de reforçar posições presentes na sociedade através da veiculação de conteúdos que se autodenominam informativos, apesar de conterem, implicitamente ou não, pressuposições e fórmulas prontas para se conceber algumas questões. Também podemos nos questionar acerca dos limites a que estão submetidos o jornalismo e o direito internacionais, num contexto em que o pluralismo cultural tem uma materialidade da qual não é possível afastar-se sem que, em consequência, se distancie dos preceitos éticos.

Dessa maneira, esperamos contribuir, sobretudo, para o debate acerca dos limites éticos no jornalismo ou sobre a abrangência das atitudes que devem ser tomadas quando se pretende institucionalizar produções que se voltem para o universal. Nestes termos, estamos cientes de que a pergunta se torna mais importante do que as respostas, tendo em vista a impossibilidade de se fornecer soluções exatas e irrepreensíveis para as questões levantadas.

Partimos da ideia de que unir-se e compreender o “outro” deve ser uma medida mais procurada do que separar-se e agredir. Assim, as posições e construções que se realizam pelo jornalismo devem ser observadas e entendidas como fontes importantes para a criação de consensos e opiniões sobre questões relevantes para a constituição de um planeta menos conflituoso. É possível supor que apenas quando soubermos lidar com o “diferente” seremos capazes de viver num mundo de paz.

O presente trabalho foi estruturado a partir de três “blocos” principais. Primeiro, tentamos recolher uma base teórica que tratasse da problemática referente à globalização e às nuances de diferenciação existentes nesse processo. Para tanto, foram de suma importância os conceitos de ideologia, orientalismo e discurso. Num segundo momento, procuramos recolher uma base contextual referente ao Jornal Nacional e ao Irã, apresentando momentos do “surgimento” e das histórias recentes destes dois personagens de que tratamos. Por último, efetuamos a análise do discurso das matérias em que o Jornal Nacional fala sobre o Irã no mês de novembro de 2009.

2. O mundo se divide

2.1 Divisão globalizada

As Grandes Navegações do século XVI fizeram aparecer a divisão da Terra entre o Novo e o Velho Mundo. Era alcunhado de Novo Mundo o território dos países americanos recentemente “descobertos”, ou seja, recentemente “encontrados”, dominados e subjugados pela Europa, continente para o qual foi dado o nome de Velho Mundo. Essa nomenclatura foi repassada ao longo dos anos e até hoje é possível ouvir ou ler alguém que se refere à América como o Novo Mundo e à Europa como o Velho Mundo.

Mas esta não é a única divisão de que o planeta em que habitamos é palco. Antes da época das Grandes Navegações a Terra já havia sido dividida de várias maneiras. Algumas dessas divisões não foram completamente apagadas pelo tempo, e ainda temos o privilégio de saber que existiram ou mesmo de possuir em nossa mente um resquício das ideias em que tais divisões pretendiam fazer crer.

Assim, por exemplo, ainda sabemos (com as modificações ocorridas em todos os conhecimentos do passado que são apropriados pelas épocas subsequentes, é claro) que ocorreu na Idade Média a divisão do mundo entre o Bem (os países cristãos europeus) e o Mal (os países de outras religiões, como os islâmicos), dois lados que combatiam entre si no que ficou posteriormente conhecido como Cruzadas.

Da mesma forma, ainda nos recordamos de uma divisão mais recente: os socialistas versus os capitalistas. Essa divisão ocorreu na época da Guerra Fria (1945 – 1991), mesmo período em que se chegou a dizer que havia um Primeiro Mundo (capitalistas ricos), em oposição a um Segundo (socialistas) e a um Terceiro Mundo (capitalistas pobres). Com o colapso da União Soviética, no entanto, o comum era dizer que existiam os países desenvolvidos, os subdesenvolvidos e os países em desenvolvimento.

Em 2002, o presidente dos Estados Unidos George W. Bush realizou nova divisão mundial, alegando haver um Eixo do Mal (Coreia do Norte, Irã e Iraque) em oposição a todo o resto do mundo, que, supostamente, formaria o Eixo do Bem.

Desse modo, ainda que compreendamos que a Terra seja um único planeta, um espaço físico integrado por territórios que, rigorosamente, não se dividem, culturalmente não vemos o nosso planeta como uma unidade. Realidades distintas e mundos diferentes são criados a partir da determinação de fronteiras imaginárias, repartindo um planeta em vários mundos.

Simultaneamente às forças que operam no sentido da articulação, integração e até mesmo homogeneização, operam forças que afirmam e desenvolvem não só as diversidades, singularidades ou identidades, mas também hierarquias, desigualdades, tensões, antagonismos. São forças que alimentam tendências integrativas e fragmentárias, compreendendo nação e nacionalidade, grupo e classes sociais, provincianismo e regionalismo, localismo e cosmopolitismo, capitalismo e socialismo. (IANNI, 1994)

Com efeito, num contexto onde as nações parecem unir-se na formação de uma “sociedade global”, são verificados, ao mesmo tempo, movimentos que colocam determinadas regiões como opostas, certas formas de cultura antagonizando com outras. Tudo isso ocorre em uma escala planetária, envolvendo vários países.

Os exemplos utilizados acima se referem a épocas bastante distintas: da época das Cruzadas e das Grandes Navegações aos séculos XX e XXI ocorreram modificações fundamentais que possibilitaram uma crescente integração entre os países, através das inovações tecnológicas que permitiram a existência de uma comunicação mais rápida e instantânea, deslocamentos cada vez mais velozes, conexão em escala planetária, etc.

Canclini (2007) diz que na época das Grandes Navegações houve uma “internacionalização”, mas não uma “globalização”, como se verifica hoje em dia, pois “a maioria das mensagens e bens consumidos em cada país eram produzidos em seu interior, o tumulto de informações e objetos exteriores que enriquecia a vida cotidiana devia passar por alfândegas, submeter-se a leis e controles que protegiam a produção local.” (CANCLINI, 2007, p. 42) O certo é que no século XXI já podemos sonhar e sentir que é, ao menos tecnologicamente, possível haver uma união planetária. No entanto, essa aliança de todo o globo não existe na prática, porque, na verdade,

o que se anuncia como globalização está gerando, na maioria dos casos, inter-relações regionais, alianças entre empresários, circuitos de comunicação e consumo comuns aos países da Europa ou da América do Norte ou de uma determinada região da Ásia. Não de todos com todos. (CANCLINI, 2007, p. 30)

Além disso, o fenômeno da globalização parece tornar a periferia cada vez mais dependente da metrópole, na medida em que é apenas a partir da aproximação com os países mais ricos que produtos, cultura e mercados de nações periféricas são expandidos e transmitidos em escala global. Ainda que tenha ocorrido uma interferência da cultura das regiões periféricas nos países hegemônicos, atesta-se, sobretudo, que a tensão entre globalização e regionalização “acentua a assimetria entre produção e consumo, entre metrópoles e periferias, e, ao mesmo tempo em que fomenta a inovação e a diversidade cultural, impõe limites segundo as exigências da ampliação dos mercados.” (CANCLINI, 2007, p. 150)

É evidente que não se pode entender que as relações interculturais entre as nações se deem através de um mecanismo binário entre periferia e metrópole, mas, à medida que a produção passa a ser tomada como mercadoria, as diversas vozes presentes nas interações culturais são reduzidas.

O cidadão abstrato da democracia moderna clássica é substituído por empresários e investidores abstratos, sem características diferenciais aparentes. É claro que eles costumam introduzir as marcas e os estilos do seu sistema simbólico e social (americano, japonês ou de algum país europeu), mas, na verdade, o traço principal que imprimem a suas práticas é a redução do sentido polissêmico dos bens culturais a uma simples mercadoria. (CANCLINI, 2007, p. 176)

A força política de determinadas regiões em detrimento de outras ainda é uma realidade. Certas culturas e povos são vistos com privilégio pela mídia, e o conceito de que determinadas nações e culturas são superiores a outras é difundido. Disso resulta um afastamento em relação à cultura de determinadas regiões. Na verdade, há culturas e nações que chegam a ser completamente ignoradas pela mídia. Para Arbex Júnior

o deserto de informação na mídia sobre a vida nacional dos povos, em benefício da notícia que privilegia o jogo das potências políticas e econômicas ou o aspecto meramente espetacular e inusitado – o “deslize” –, funciona ao mesmo tempo como

espelho e motor desse alheamento, o qual está perfeitamente integrado ao processo de globalização da economia. (ARBEX JÚNIOR, 2005, p. 204)

Portanto, podemos supor que, por exemplo, um conceito favorável a um país como o Irã (que, não esqueçamos, foi denominado por George W. Bush, na época presidente do Estado mais rico e belicamente poderoso do planeta, como integrante de um “Eixo do Mal”) pode ser rechaçado pela falta de coincidência entre os interesses de tal conceito e a trama cultural expelida em escala global.

A ideia de um mundo unido, um único planeta para todos os que vivem na Terra, torna-se algo distante, ainda que a presença de novos meios de comunicação e integração possa ocorrer em escala global e de maneira instantânea. As diferenças históricas e culturais, em conexão com a comercialização cultural levada ao extremo, ainda são fronteiras valiosas para dizer-se que a globalização não torna o mundo “um só”, mas antes alinha aqueles que possuem sentimentos de identidade em comum, enquanto afasta aqueles que não se identificam.

Por razões de afinidade geográfica e histórica, ou de acesso diferenciado aos recursos econômicos e tecnológicos, muitas vezes o que chamamos de globalização é, a rigor, a concretização de um agrupamento regional ou entre países com vínculos históricos: asiáticos com asiáticos, latino-americanos com europeus ou norte-americanos, norte-americanos com grupos de países distantes que falam inglês e compartilham seu estilo de vida. As afinidades e divergências culturais são importantes para que a globalização abranja não todo o planeta, para que seja circular ou apenas tangencial. (CANCLINI, 2007, p. 167)

A presença da possibilidade de aproximação efetiva em escala global faz existir movimentos de temor e incerteza. Parece existir um desconforto, que, com o tempo, acaba gerando certo pânico, ao se assumir que a Terra é um único planeta. É antes preferível a aliança com uns e a exclusão voluntária de outros.

A vertigem e a incerteza provocadas pela necessidade de pensar em escala global leva ao entrincheiramento dos países em alianças regionais e a delimitar – nos mercados, nas sociedades e em seus imaginários – territórios e circuitos que, para cada um, seriam a globalização palatável, com a qual podem lidar. (CANCLINI, 2007, p. 11)

Por isso é que ainda hoje vemos divisões como a feita por George W. Bush em 2002. Assim como, no período das Grandes Navegações, a Europa viu na América recém

“descoberta” o outro que precisava nomear, também hoje há diferenças e impossibilidades de entendimento cultural que nos fazem enxergar em regiões e países do nosso mundo a imagem do estrangeiro, do desconhecido. No caso específico do Eixo do Mal de Bush, o Irã faz parte do Mal que é preciso combater (LIBANIO, 2006). Assim, Coreia do Norte, Irã e Iraque são países que estão na Terra, mas, para pessoas como George W. Bush, parecem localizar-se em um planeta bem distinto daquele em que imaginamos habitar.

Tais divisões e classificações operam muitas vezes por meio de construções imaginárias maniqueístas, considerando determinadas nações como irrevogavelmente boas ou más (o Eixo do Mal versus o Eixo do Bem de Bush não é, portanto, uma exceção). A divisão do mundo entre várias localidades sem uma união específica na maioria das vezes apresenta as regiões que estão fora do núcleo com o qual há identidade como constituídas de regiões com uma ética ou um modo de pensar e agir repreensíveis (SAID, 2007).

Agrupadas em termos generalizantes (língua, raça, tipos, cores, etc.), as nações e regiões são incorporadas a blocos que se entendem como diferentes e, dito isto, como inimigos, se não sempre, ao menos em boa parte das vezes. Essa divisão é quase sempre feita para favorecer a “nossa” mentalidade, em detrimento da mentalidade “deles”. Dessa maneira, é comum considerar-se que “eles”, e não “nós”, são os perversos. “Sublinhando essas categorias [generalizações pelas quais a realidade é dividida] está a oposição rigidamente binômica de ‘nosso’ e ‘deles’, com o primeiro sempre invadindo o último (até o ponto de tornar o ‘deles’ exclusivamente uma função do ‘nosso’).” (SAID, 2007, p. 307)

Não há o entendimento de que o outro pode e deve ter um desenvolvimento por si mesmo, completamente independente do nosso desenvolvimento e da nossa compreensão de mundo. Na verdade, o que se verifica é que “[...] as sociedades humanas, ao menos as culturas mais avançadas, quase nunca ofereceram ao indivíduo algo que não fosse imperialismo, racismo e etnocentrismo para lidar com ‘outras’ culturas.” (SAID, 2007, p. 277)

Numa visão assim centrada no sujeito que “vê”, analisam-se os outros, na maioria das vezes, sem levar-se em consideração o objeto analisado em si, mas antes privilegiando estilos de vida, história e contexto cultural do sujeito analisador. Daí deriva a ideia de que, devido ao fato de que “eles” são diferentes de “nós”, nos opondo, “eles” devem ser, necessariamente, incomuns, portadores de uma moral que devemos criticar e censurar.

Com isso, pretendo afirmar que existe certa dificuldade em libertar-se do próprio “eu” e adentrar no conhecimento do “outro”, e isso implica que os julgamentos, as descrições e as definições são, na maioria das vezes, guiadas por conceitos que dizem respeito tão somente a nós mesmos ou à cultura da qual fazemos parte, com um entendimento mínimo ou nulo da cultura analisada e apresentada como “diferente”.

Said (2007, p.307) fala que a divisão das culturas e nações em opostas “foi reforçada não só pela antropologia, pela linguística e pela história, mas também, é claro, pelas teses darwinianas sobre a sobrevivência e a seleção natural, e – não menos decisivo – pela retórica do alto humanismo cultural.” Naturalmente, é possível perceber que o discurso dos meios de comunicação também se encontra entre aqueles que robustecem essa visão maniqueísta e etnocêntrica em que é construída a figura do “diferente”.

Uma pedagogia da moral levada a efeito por narrativas articuladas sobre a incansável e permanente luta do bem contra o mal parece ser o fulcro recorrente de novelas e outros tipos de textos culturais, dentre eles aqueles do plurifacetado repertório televisivo que abrange programas de auditório, debates, telejornais, humor, programas políticos e até mesmo entrevistas e shows musicais. (COSTA, 2002, p. 75)

Cria-se um laço de hostilidade no relacionamento entre os países e regiões, verificando-se a presença de uma moral que condena determinadas visões de mundo e mentalidades. As fronteiras criadas determinam não só o limite entre “nós” e “eles”, mas visam à instauração de um ambiente de combate (simbólico, pelo menos) entre as nações e as culturas com as quais não nos “identificamos”, numa tentativa de dominação de certas regiões sobre outras (SAID, 2007).

Destarte, as demarcações feitas para separar as nações escondem “discursos de poder e ficções ideológicas – grillhões forjados pela mente” (SAID, 2007, p.436), os quais “são criados, aplicados, guardados com demasiada facilidade.” (SAID, 2007, p. 437) Nesse sentido, é correto pensar que, depois de criada e estabelecida a fronteira, a sua marca perdura por vários séculos.

2.2 Oriente versus Ocidente

Uma destas fronteiras é a criada entre o Ocidente e o Oriente, dividindo o mundo entre os povos ao Leste da Europa (Japão, China e Indonésia, por exemplo) e alguns ao Sul (Egito e Líbia, por exemplo) para alcunhar seus povos, costumes e atividades de “orientais”. Mas as classificações em geral não condizem com uma noção de neutralidade e é por trás dos nomes e terminologias que se escondem os mecanismos de poder (FOUCAULT, 2008).

No cerne da criação da fronteira entre o Oriente e o Ocidente, está o Orientalismo. Esse termo, que comumente designa o campo de estudo daquele que “ensina, escreve ou pesquisa sobre o Oriente – seja um antropólogo, um sociólogo, um historiador ou um filólogo – nos seus aspectos específicos ou gerais” (SAID, 2007, p. 28), classifica uma região inteira do globo numa categorização que busca fazer com que duas metades do mundo sejam tidas como regiões distintas.

Essa divisão entre os povos orientais e os ocidentais não é realizada de maneira ingênua ou desinteressada. Podemos, inclusive, entender o orientalismo “como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 2007, p. 29), pois enquanto o ocidental estuda, analisa, ensina, governa e representa o oriental, ele o faz através de uma ótica que lhe é adequada, guiando-se a partir de seus próprios interesses muito mais do que pela intenção de realizar uma união global concreta ou uma compreensão aprofundada de culturas que, na maioria das vezes, considera distantes (SAID, 2007).

De uma disciplina acadêmica, o Orientalismo, assim, pode ser visto mais como “uma doutrina política, imposta ao Oriente porque esse era mais fraco que o Ocidente, que elidia a diferença do Oriente com a sua fraqueza.” (SAID, 2007, p. 277) A fronteira, instituição humana, passou a determinar valores, a qualificar culturas, a reduzir a complexidade de algumas questões, instituindo verdades que guiam a vida daqueles que delas se apoderam. E assim o faz com análises reducionistas que levam, na maior parte dos casos, a conclusões ligeiras e noções limitadas, estabelecendo preconceitos.

As nações, os povos e as culturas analisados são expostos a exames generalizantes, com o orientalista realizando os seus estudos a partir de entendimentos baseados em

categorias genéricas (o muçulmano, o iraniano, o Irã), que restringem visões mais elaboradas e formuladas a partir de um pensamento complexo.

Como essas categorias são antes de mais nada esquemáticas e eficientes, e como mais ou menos se supõe que nenhum oriental pode conhecer a si mesmo assim como um orientalista o conhece, qualquer visão do Oriente, em última análise, busca sua coerência e força apoiando-se na pessoa, na instituição ou no discurso a que essa visão pertence. Qualquer visão abrangente é fundamentalmente conservadora, e temos observado, na história das ideias sobre o Oriente Próximo no Ocidente, como essas ideias têm se mantido a despeito de qualquer evidência que as conteste. (SAID, 2007. p. 322)

Existe, portanto, um esgotamento do complexo, na construção da impossibilidade de haver mudança de conceitos e paradigmas ou de existir um deslocamento de ideias. Não importa que o oriental tenha um discurso próprio sobre si mesmo, pois não é ao oriental que se quer dar voz. O orientalista, este sim, tem direito a ter a palavra, ainda que ponha em questão e desmintas aquilo que o oriental diz. É como se, analisando os outros, só fosse possível chegar à conclusão de que o analista é superior, por ser quem é, e o analisado é inferior, por ser diferente do analista.

Toda a manifestação ideológica do orientalismo é encontrada facilmente através da literatura, do jornalismo, da ciência, do senso comum. Uma manifestação discursiva repassada ao longo dos séculos e instaurada como uma verdade frente à qual não se poderia hesitar entre acreditar ou não.

O resultado para o Orientalismo tem sido uma espécie de consenso: certas coisas, certos tipos de afirmação, certos tipos de obra parecem corretos ao orientalista. Ele constrói a sua obra e pesquisa com base nessas coisas, e elas, por sua vez, exercem forte pressão sobre os novos escritores e eruditos. (SAID, 2007, p. 275)

Tudo isso configura o orientalismo como um entendimento que impede a aplicação de um estudo mais aprofundado, porque, se o consenso já está formado, as dúvidas são abolidas, a discussão é paralisada e a análise não passa de uma apropriação limitada de conceitos e questões lembradas e conduzidas ao longo dos anos com um aceno afirmativo. Desse consentimento, verifica-se que o discurso orientalista se torna onipresente, alcançando diversas localidades, os mais diferentes indivíduos e as mais distintas classes sociais. O orientalismo passa a ter uma vida em si mesmo, uma coerência própria, contra a qual não adianta argumentar (SAID, 2007).

De uma abstração, uma construção realizada pelo imaginário, o orientalismo passa a expressar-se nas palavras das pessoas nas ruas, julgando e determinando que este ou aquele indivíduo é, necessariamente, inferior, possuidor de uma moral fajuta, de entendimentos falhos, de costumes parvos. Conseqüentemente, o orientalismo passa a prejudicar a imaginada ideia de um mundo unido, um mundo que se sinta capaz de enxergar no “outro” e no “diferente” um ser com características e aspectos culturais válidos. “Como o oriental era membro de uma raça subjugada, ele tinha de ser subjogado: era assim simples.” (SAID, 2007, p. 281)

2.3 Quem é o oriental para o orientalismo?

De acordo com Said (2007), o deslocamento da base de poder do orientalismo para os Estados Unidos (antes era na França e na Inglaterra, segundo o autor), faz com que algumas mudanças sejam verificadas nos estudos orientalistas, e alguns países ou regiões têm representações próprias dentro do vasto campo daquilo que se denominou de Oriente.

Uma ampla variedade de representações agora anda a esmo pela cultura. Japão, China, Índia, Paquistão: suas representações tiveram e continuam a ter amplas repercussões, e elas foram discutidas em muitos lugares por razões óbvias. O islã e os árabes têm também suas próprias representações, e vamos tratá-las assim como ocorrem nessa persistência fragmentária, mas poderosa e ideologicamente coerente, bem menos discutida, em que se dissipou, nos Estados Unidos, o Orientalismo europeu tradicional. (SAID, 2007, p.381)

Em sua análise, Said (2007) destaca o papel negativo ocupado pelo árabe e o islâmico. Embora o Irã não seja considerado um “país árabe” (para Said, tais divisões – árabe em oposição a persa, etc. – são essencialmente orientalistas), é possível perceber uma congruência entre a imagem do árabe “maligno” e a imagem do iraniano, que analisaremos mais adiante. Então, na medida em que Said (2007) refere-se ao árabe em particular, entendemos que essas referências podem ser aplicadas, também, a imagens negativas alusivas ao oriental em geral, a partir das categorizações generalistas presentes no orientalismo.

O árabe, e, como veremos a seguir, o iraniano, são expressos através de clichês que visam a denegrir a imagem dos habitantes e da cultura destas regiões. “De um estereótipo vagamente delineado como um nômade montado num camelo a uma caricatura aceita como a encarnação da incompetência e da fácil derrota: esse era todo o alcance atribuído ao árabe.” (SAID, 2007, p. 382)

A aproximação do oriental com o passivo, o falho, o dominado perambulam ao longo dos séculos pelos discursos expelidos através da mentalidade orientalista. Alcinhar o oriental de excêntrico e possuidor de costumes desprovidos de significado efetivo tornou-se banal. O oriental não é visto a partir de uma individualização (não existe a pessoa oriental, com uma história de vida própria, um entendimento de mundo particular), mas há a classificação geral de toda uma multidão sobre características restritivas (SAID, 2007). O orientalismo não deixa que exista no Oriente uma realidade possível de ser identificada com o humano.

Nos documentários, nos noticiários, o árabe é sempre mostrado em grandes números. Nada de individualidade, nem de características ou experiências pessoais. A maioria das imagens representa fúria e desgraça de massa, ou gestos irracionais (por isso, irremediavelmente excêntricos). (SAID, 2007, p. 383)

Para o orientalista, é preferível apoiar-se sobre as visões do oriental como o diferente, não se verificando tentativas persistentes de apresentar analogias com o Ocidente. Seres sanguinários, perversos, desejosos de vingança e ódio são as imagens mais frequentes (SAID, 2007). O oriental torna-se o protótipo perfeito de um inimigo que deve ser combatido por todo bom cavaleiro e temido por qualquer moça desprotegida.

A própria religião, que é definida como sendo o islamismo, é compreendida como incapaz de ultrapassar uma imitação mal formulada do cristianismo, “impossibilitados” que são os orientais de criarem para si uma fé própria que não seja guiada pela falsificação de métodos e caminhos pertinentes ao Ocidente (SAID, 2007). Os orientalistas, assim, reduzem os costumes orientais a cópias imperfeitas dos seus próprios costumes.

Said (2007) também fala de como a tentativa obsessiva de evitar a literatura causaram no orientalismo uma noção desumanizadora do oriental. Para o autor, isso indica o quanto existe no orientalismo um relaxamento mental, ou uma proposição consciente de se evitar questões capazes de humanizar o Oriente.

Quando um poeta ou um romancista árabe – e há muitos – escreve sobre suas experiências, seus valores, sua humanidade (por mais estranha que possa ser), ele efetivamente rompe vários padrões (imagens, clichês, abstrações) pelos quais o Oriente é representado. Um texto literário fala mais ou menos diretamente de uma realidade viva. (SAID, 2007, p. 388)

Adentrar-se em campos como a literatura exigiria a presença de uma visão, no mínimo, menos reducionista do Oriente, repassando toques de humanidade a um objeto de estudo que é, antes de mais nada, desumanizado pelo analista. Tal atividade seria colocar em prova toda uma cadeia de pensamento construída ao longo dos anos.

Da mesma forma, o orientalista não procura dar voz aos pensamentos discordantes dos expressos pelo orientalismo, sobretudo se tais pensamentos são oriundos da própria cultura oriental. Assim, embora existam, dentro do meio oriental, discursos que procuram apresentar visões discordantes sobre o repassado pelo orientalista, tais discursos não são levados em consideração, sobretudo porque “desde o início da especulação ocidental sobre o Oriente, a única coisa que o Oriente não podia fazer era representar a si mesmo.” (SAID, 2007, p. 379)

Um exemplo de discurso discordante do orientalista e vindo diretamente da comunidade oriental é o apresentado por Montenegro (2001), no qual a pesquisadora apresenta como o islã no Brasil se retrata frente às imagens que a mídia lhe empresta.

O discurso de auto-representação dos muçulmanos, expresso no interior da mesquita e nos meios de comunicação internos, é constituído na forma de diálogo com essa visão que lhe aparece como errônea, equivocada, deturpada e manipuladora. Ambas as visões, a “própria” e a “externa”, acabam assumindo a forma de um discurso mais ou menos homogêneo ou, no mínimo, constroem a base de um certo consenso sobre um conjunto de temas. (MONTENEGRO, 2001, acesso em 2009)

Dessa maneira, vemos que o motivo por que o oriental não é ouvido não está no fato de que o oriental não tenha voz própria. Na verdade, o oriental fala, mas o seu raciocínio não é ouvido, devido às limitações a que o orientalismo expôs essa “outra” metade do mundo. Então não importa que haja um contra-discurso para o orientalismo, pois esse contra-discurso, para o orientalista e para as pessoas que estão envolvidas com a sua ideologia, não merece ser levado em consideração.

Por exemplo, quando o Jornal Nacional fala sobre o Irã, não é a partir de uma cidade do Oriente que esse telejornal se reporta à sua audiência. Em geral, as matérias que tratam

sobre o Irã são feitas em Nova Iorque, indicando, de antemão, ao lado de quem o telejornal pretende estar.

O Oriente é tomado como detentor de uma cultura atrasada, rivalizando com nações superiores, democráticas, racionais, justas, liberais. Tudo isso levando as nações orientais a se isolarem dentro de si, dentro dos seus costumes “ultrapassados”, da sua forma de enxergar o mundo notadamente “tirânica”. O orientalismo conclui, então, que há um único caminho a seguir: aquele já percorrido pelo Ocidente. Qualquer tentativa de criação de um caminho alternativo não passa de mera ilusão ou vontade de permanência num passado que, para o orientalista, não deve mais existir.

Um árabe oriental é essa criatura impossível cuja energia libidinosa o leva a paroxismos de estimulação excessiva – e, ainda assim, ele é uma marionete aos olhos do mundo, fitando ociosamente uma paisagem moderna que não consegue compreender nem enfeitar. (SAID, 2007, p. 416)

Amarrado a uma religião “errada”, a uma política “opressiva”, a uma cultura “subdesenvolvida”, o oriental é considerado quase como um idiota por não conseguir entender o caminho “errado” sobre o qual caminha, por não compreender que há apenas uma estrada, uma forma de se desenvolver (SAID, 2007). Tudo isso a despeito dos dados que demonstram a catástrofe que ocorreria caso o mundo inteiro passasse ter, subitamente, o mesmo estilo de vida dos países mais ricos.

O importante, no entanto, é que os orientais seguem um caminho diferente daquele que é tido como a via “normal”, e daí a entender que o oriental é um inimigo não tarda muito. “Sem os eufemismos habituais, a pergunta formulada com mais frequência é por que povos como os árabes têm o direito de manter o mundo desenvolvido (livre, democrático, moral) ameaçado.” (SAID, 2007, p. 383)

2.4 A divisão ideológica

Todos estes conceitos sobre o Oriente (povo, cultura, raça) fazem parte de uma construção simbólica, repassada ao longo dos anos, atravessando a História e as nações,

imprimindo nos indivíduos as suas ideias e aplicando os seus limites. Estas construções têm em parte uma vontade de poder e em parte uma necessidade do homem de dar coesão à sua existência (ALTHUSSER, 1998). Mas estas construções não podem ser confundidas com o mundo real, pois “não são as suas condições reais de existência, seu mundo real, que os homens ‘se representam’ na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência.” (ALTHUSSER, 1998, p. 87)

A ideologia, por conseguinte, não compreende a realidade em si, mas antes a relação dos indivíduos com o mundo real. Dessa afirmação não se pode concluir que a ideologia seja uma “falsa” verdade ou uma máscara que se coloca contra a realidade. A ideologia, enquanto construção simbólica das relações do homem com as suas condições de existência, ocupa o papel da realidade em si, passa a ser a própria realidade, já que esta não existe de fato a não ser através da visão (sempre perpassada por construções ideológicas) do indivíduo. A ideologia não é a realidade, mas ocupa o papel do real (ALTHUSSER, 1998).

Podemos concluir, então, que a ideologia não é uma hipocrisia, um fingimento com que os homens mascaram uns aos outros para encobrir a realidade. Antes devemos entender que a própria realidade não passa ela mesma de uma construção ideológica. A realidade, assim, pode ser variável de acordo com os preceitos ideológicos nos quais se esteja inserido. Aquilo que para determinada sociedade parece ser o normal, o aceito, o correto, pode ocupar um lugar completamente oposto em outra sociedade, por exemplo.

A ideologia é formada pelos pensamentos e crenças nos quais o indivíduo guia a sua existência. As práticas individuais são, portanto, marcadas pelo laço de construções ideológicas que se fazem presentes no coletivo social, e as escolhas de cada sujeito são tomadas a partir das ideologias que o orientam.

O indivíduo em questão se conduz de tal ou qual maneira, adota tal ou qual comportamento prático, e, o que é mais, participa de certas práticas regulamentadas que são as do aparelho ideológico do qual “dependem” as ideias que ele livremente escolheu com plena consciência, enquanto sujeito. (ALTHUSSER, 1998, p. 90)

Dessa maneira, vemos que a ideologia mantém uma função reguladora do social tanto quanto formadora de significados. A partir do entendimento de mundo que o sujeito passará a ter à medida que se alinha a determinada ideologia, haverá uma regulação das suas práticas

sociais, uma determinação do que se deve fazer ou não, do que deve ser considerado verdade indiscutível ou mentira evidente.

Este é, aliás, o efeito característico da ideologia – impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de “evidências”) as evidências como evidências, que não podemos deixar de reconhecer e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta ou no “silêncio da consciência”): “é evidente! É exatamente isso! É verdade!” É nesta reação que se exerce a função de reconhecimento ideológico, que é uma das duas funções da ideologia enquanto tal (sendo o desconhecimento a sua função inversa). (ALTHUSSER, 1998, p. 94 e p. 95)

Possuímos, assim, uma tendência a não conseguir compreender perfeitamente outras formas de se ver o mundo enquanto permanecemos trancados às nossas formações ideológicas, já que o evidente é aquilo que não se pode colocar em questão, as ideias contra as quais não se pode argumentar. Aquilo que é óbvio, conceitos de que não duvidamos, são as manifestações mais completas da nossa inteiração a determinada ideologia. Caso não vejamos o óbvio assim, então é porque não pertencemos àquela ideologia, mas à outra, necessariamente.

[...] a representação ideológica da ideologia é, ela mesma, forçada a reconhecer que todo “sujeito” dotado de uma “consciência” e crendo nas “ideias” que sua “consciência” lhe inspira, aceitando-as livremente, deve “agir segundo suas ideias”, imprimindo nos atos de sua prática material as suas próprias ideias enquanto sujeito livre. Se ele não o faz, “algo vai mal”. (ALTHUSSER, 1998, p. 90)

É sempre dentro de uma ideologia que estamos realizando as nossas escolhas e ações concretas ligadas a noções de poder (EAGLETON, 1997). Isso implica uma limitação necessária ao conceito de ideologia. De construção simbólica abstrata, a ideologia passa a ser entendida, então, como manifestação material do pensamento humano, na medida em que determina ações concretas e não apenas imaginárias (ALTHUSSER, 1998), e tal manifestação do pensamento humano deve ser tida como permeada por mecanismos ideológicos a partir do momento em que é cercada por tentativas de dominação.

A necessidade dessa busca pela aproximação do conceito de ideologia com a noção de poder é explicada pelo crítico inglês Terry Eagleton (1997) da seguinte forma: “se não há nada que não seja ideológico, então o termo se invalida por completo e desaparece de cena.” (EAGLETON, 1997) Com isso o autor pretende demonstrar a inviabilidade do conceito de

ideologia a partir do qual “tudo é ideológico”, ou seja, toda ação e pensamento humano é permeado por noções ideológicas, sendo preciso, assim, que se estabeleça um limite ao conceito.

Naturalmente, devemos entender que se alguém escova os dentes da esquerda para a direita e decide passar a escová-los da direita para a esquerda, esse pensamento não pode ser confundido com uma ideologia. Por isso é que “o termo [ideologia] só é eficaz e elucidativo se nos ajuda a distinguir entre aqueles interesses e conflitos de poder que, em qualquer época, são claramente centrais a toda uma ordem social e aqueles que não o são.” (EAGLETON, 1997, p. 23)

Desse modo, é em conceitos como o do orientalismo que pode ser encontrada uma ideologia. Na medida em que estão claros, no orientalismo, os mecanismos de luta por poder entre nações e culturas (SAID, 2007), fica perceptível que os enunciados que envolvem o orientalismo são ideológicos. No discurso do orientalista há uma busca por validar um poder, institucionalizar uma dominação, tornar possível que certa região do planeta se torne simbolicamente superior a outra (SAID, 2007). “Dizer que o enunciado é ideológico significa, portanto, afirmar que está carregado de um motivo ulterior estreitamente relacionado com a legitimação de certos interesses em uma luta de poder.” (EAGLETON, 1997, p. 28)

Identificando o orientalismo como ideologia, podemos afirmar que não importa que o orientalismo seja guiado por noções que possam parecer irracionais e sem nenhum conteúdo de verdade para os que estão desinteiros da mentalidade ideológica do orientalista. A partir da noção de que a ideologia possui em si mesma uma coerência interna que a justifica, pois a própria ideologia é a realidade (de fato, é a ideologia que dá coesão à realidade), atesta-se que “o fato de a ideologia não ter, na origem, nada a ver com a razão, não nos autoriza a equipará-la à irracionalidade.” (EAGLETON, 1997, p. 36) Eagleton compara a ideologia à literatura: na medida em que não podemos dizer da literatura: “Não é a realidade”, porque a literatura é uma realidade em si mesma, também não podemos dizer da ideologia: “Não é verdadeira”.

Naturalmente, na prática isso pode resultar que ideias de todo descabidas e perniciosas (os iranianos são invariavelmente nocivos, por exemplo) para uns sejam compreendidas como verdade para outros e que isso não possa ser contestado. Por isso é necessário que se tenha em mente certo limite, ou que se busquem visões que não sejam nocivas ou prejudiciais a povos, culturas, raças e formas diferentes de se perceber o mundo. É claro que tais limites serão

fornecidos de maneira dessemelhante para cada indivíduo, dependendo dos preceitos ideológicos que lhe orientam a existência (a pena de morte pode parecer desumana para uns e para outros, não). Mas há que se ter como certa a doutrina de que os “outros” são merecedores de consideração, compreensão e voz tanto quanto qualquer um. Isso sugere a necessidade de considerarmos constantemente a validade dos nossos princípios, numa revisão constante de valores e na tentativa perpétua de derrubar os preconceitos dos quais todos somos poluídos.

2.5 A divisão pelo discurso

Para Fiorin (1993, p. 32), “a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo.” Podemos perceber, portanto, que ideologia e discurso possuem uma relação de proximidade, e, não se confundindo, são, na verdade, complementares.

Então, uma formação ideológica, como podemos entender que deva ser o Orientalismo, possui uma formação discursiva correlativa, determinando sobre o que dizer, isto é, decidindo de que maneira materializar através da linguagem aquilo que está internalizado no inconsciente, através da formação ideológica. Por isso, é correto afirmar que as formações ideológicas determinam sobre o que pensar, enquanto as formações discursivas determinam sobre o que dizer (FIORIN, 1993).

Consequentemente, existe a ideia de que o discurso se aproxima da linguagem: “toda produção de linguagem pode ser considerada ‘discurso’” (MAINGUENEAU, 1997, p. 11), e, com efeito, é certo que sem a linguagem o pensamento seria uma massa amorfa e indeterminada, sem significação alguma. Assim, as formações ideológicas, que têm lugar necessariamente no pensamento, não poderiam existir distantes de uma linguagem, e o discurso, sem linguagem, não poderia ser executado. “O discurso não é a língua, embora seja com ela que se fabrique discurso e que este, num efeito de retorno, a modifique.” (CHARAUDEUAU, 2007, p. 40) Ideologia e discurso, portanto, são interdependentes entre si, não podendo existir um sem que o outro se faça presente.

De todo modo, o discurso pode ser entendido como “a materialização das formações ideológicas” (FIORIN, 1993, p. 41), na medida em que é através dele que o indivíduo expressa a ideologia internalizada. É necessário destacar que o discurso é mais inclinado para o inconsciente, na mesma medida em que é no inconsciente que, antes de tudo, está localizada a ideologia. As formações discursivas, assim, dizem mais respeito ao conteúdo sobre o qual não se age conscientemente, mas com deliberações repassadas e internalizadas que permanecem como que desconhecidas do sujeito (FIORIN, 1993).

É por isso que se pode diferenciar texto e discurso, já que aquele “é unicamente um lugar de manipulação consciente, em que o homem organiza, da melhor maneira possível, os elementos de expressão que estão a sua disposição para veicular seu discurso.” (FIORIN, 1993, p. 41) É através dos pensamentos fornecidos pela formação discursiva que o indivíduo é capaz de organizar as ideias e expressá-las por meio do texto. “O texto é, pois, individual, enquanto o discurso é social.” (FIORIN, 1993, p. 41)

Sendo socialmente determinado e estando presente no inconsciente, o discurso ultrapassa o próprio indivíduo. O discurso não pertence ao sujeito, mas ao grupo do qual o sujeito pertence, configurando-se, dessa maneira, como um pensamento social, compartilhado pelos indivíduos formadores de determinada classe. O enunciador, então, “não é livre para dizer, mas coagido a dizer o que seu grupo diz.” (FIORIN, 1993, p. 42)

O homem possui a sua capacidade de expressão limitada pelo meio social em que está inserido. “Não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar tudo em qualquer circunstância, qualquer um não pode falar de qualquer coisa.” (FOUCAULT, 2008, p.9) Uma pessoa que possui uma maneira de enxergar a realidade completamente individual é prontamente considerada louca ou excêntrica. Então, se apenas aquilo que é socialmente aceito pode ser considerado verdade, o individual se deixa levar, em grande parte, pelo social. “A obra de predecessores, a vida institucional de um corpo erudito, a natureza coletiva de qualquer empreendimento erudito: essas circunstâncias, para não falar das econômicas e sociais, tendem a diminuir os efeitos da produção do erudito individual”. (SAID, 2007, p. 275)

Tanto é assim que noções como a de intertexto, na qual se vincula a ideia de conceitos, textos, discursos que se referem uns aos outros constantemente, dá a expressão de pensamentos que se constroem sempre a partir de outros. Não sendo possível para o homem

“fundar” a linguagem, o pensamento, o mundo, é sempre a partir de linguagens, pensamentos e mundos formulados anteriormente que ele constrói o seu discurso, materialização da ideologia.

Assim, podemos compreender que noções como a expressa pelo Orientalismo, que são veiculadas pela literatura, jornalismo, textos científicos de séculos e séculos passados perambulam pelos nossos dias em “novos” formatos, com roupagens “novas”, trazendo à tona ideias já veiculadas socialmente há muito tempo. Tudo se trata de uma reconstrução contínua que se faz do passado, já que para escrevermos no presente temos de, necessariamente, nos referir àquilo que já foi dito antes, seja para negá-lo ou não.

Da mesma maneira que ideologia e poder estão relacionados, discurso e poder também estão muito próximos. Não há como entender que determinado indivíduo ou classe realize uma dominação sobre outro sem que, para tanto, sejam utilizados os mecanismos discursivos. É através das construções discursivas que serão repassados os entendimentos ideológicos para outros indivíduos, tornando viável que um grupo ou raça se intitule superior a outro, materializando, pela linguagem, a ideologia.

Por isso, o discurso pode ser visto como de importância central para a compreensão de toda tentativa de dominação. É através do discurso que pode ser efetivada a obtenção do poder, de tal maneira que alcançar o discurso é, praticamente, o mesmo que atingir a meta para que se tenha o poder em mãos.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o poder. Nisso não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. (FOUCAULT, 2008, p. 10)

Pela relevância ocupada pelo discurso nas tentativas de dominação, é compreensível que existam maneiras de impedir que todo e qualquer sujeito tenha acesso completo ao discurso. Desse modo, não é livre para todo indivíduo a obtenção dos mecanismos discursivos, mas há uma rede de impedimentos e obstáculos que se coloca ante o sujeito que queira obter o discurso. Isso é feito através da distinção que se faz entre discursos que podem ser considerados válidos e discursos que devem ser entendidos como nulos.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2008, p. 9)

Com efeito, existem mecanismos de exclusão de determinados discursos, o que exclui algumas maneiras de se enxergar a verdade. Determinando que somente a partir de tal ou qual procedimento um discurso pode ser considerado verdadeiro ou não, é possível supor que não é dada a todos os sujeitos a capacidade de ter um discurso aceito. Certas formas de pensar e compreender a realidade são excluídas, postas de lado como coisa inválida, análise infundada, compreensão absurda, coisa de louco. “Desde a alta Idade Média o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros.” (FOUCAULT, 2008, p. 10)

Somente a partir de procedimentos específicos um discurso será considerado válido, e isso determina a nossa compreensão do que pode ser verdade ou não. Tais procedimentos não são distribuídos livremente para qualquer pessoa, mas têm de ser obtidos através de rituais particulares, nos quais se excluem e anulam formas de pensamento que possuem em si o potencial de serem discordantes. Assim, a verdade, enquanto discurso, não pode ser “descoberta” e “entendida” por todos, mas somente por um círculo de incluídos.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma de discurso, quando tudo pode ser dito e discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 2008, p. 49)

Por conseguinte, os mecanismos de exclusão interferem na formação de discursos e maneiras de enxergar a realidade que sejam vistos como “descontínuo”, fornecendo para discursos que não são construídos a partir dos rituais necessários a alcunha de mentira. É um controle que se faz para que o discurso seja preso e limitado, e não alforriado e alcançável. “Tudo se passa como se interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso.” (FOUCAULT, 2008, p. 50)

Não é necessário ir muito longe para entender como determinados discursos são simplesmente desconsiderados. Quando, na maioria dos telejornais brasileiros, fala-se sobre os costumes islâmicos (geralmente, isso é feito para mostrar pontos que a audiência imaginada possa considerar negativos nestes costumes), não se faz presente a visão dos próprios islâmicos sobre o assunto abordado. Mesmo quando os islâmicos são ouvidos, parece haver certa incompreensão quanto à visão que os islâmicos nos dão, parecendo que é impossível adentrar em seus discursos, como se eles não estivessem nos falando a partir dos procedimentos ritualísticos de formação de discurso nos quais estamos acostumados a confiar.

Como vimos, pesquisadores como Montenegro (2001) nos mostram que existe a formação de um contra-discurso islâmico para a veiculação da imagem do islã na mídia brasileira. Mas este discurso não é visto, nem entendido – e isso podemos comprovar pela observação do material divulgado todos os dias pelos meios de comunicação do Brasil. Não é dada ao islâmico a capacidade de ter um discurso, uma verdade válida para os povos e nações que se dizem “ocidentais”. O discurso do islâmico, do “oriental”, não deve ser ouvido, e, caso seja escutado, não pode ser compreendido, pois “não é verdade”. Pelo entendimento de que o discurso está ligado à luta pelo poder, fica compreensível o porquê de tal exclusão.

3. O Irã e o Jornal Nacional

3.1 Irã

Localizado entre o Mar Cáspio, o Azerbaijão, a Armênia e o Turcomenistão ao norte, o Afeganistão e o Paquistão ao leste, o Iraque e a Turquia ao oeste e o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã ao sul, o Irã é uma república teocrática com aproximadamente 70 milhões de habitantes (estimativas de 2010¹) cuja capital é Teerã. Diversamente do que é comumente divulgado, o Irã não é um país árabe, mas uma nação cuja identidade pertence majoritariamente ao mundo persa, tendo sido, inclusive, conhecido internacionalmente como Pérsia até 1935. Com a Revolução Iraniana², em 1979, passou a se chamar oficialmente pela denominação que possui até hoje, a de República Islâmica do Irã.

A maioria da população é de religião islâmica (98%, de acordo com dados da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, a CIA, sendo que 89% são xiitas e 9% sunitas³) e fala o persa (58%, segundo dados da CIA), a língua oficial. O chefe de Estado iraniano é o aiatolá Ali Hoseini-Khamenei, que ocupa o cargo desde junho de 1989. Para os xiitas, os aiatolás são a maior autoridade na hierarquia religiosa.

¹Fonte: Site da CIA (Central Intelligence Agency) – The World Factbook:
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

² Liderada pelo aiatolá Khomeini, a Revolução Iraniana depôs o governo de Reza Pahlevi e deu início à república teocrática no Irã. Esse assunto será melhor abordado no item 2.1.3.

³Xiitas e sunitas são os dois principais grupos da religião islâmica. A divisão surgiu em 632, após a morte de Maomé, devido a disputas pelo título de califa, o líder máximo da nação muçulmana e sucessor do profeta Maomé. Para os xiitas, o título de califa teria de ser hereditário. Para os sunitas, não havia necessidade do laço sanguíneo para a escolha do novo califa.

O presidente é eleito por voto popular direto para um mandato de quatro anos, podendo ser reeleito para um segundo mandato. De acordo com a página oficial da Presidência da República Islâmica do Irã,

Next to the Leader, the President shall be the highest official State authority who is responsible for the implementation of the Constitution and, as the Chief Executive, for the exercise of the executive powers, with the exception of those matters that directly relate to the Leader. (site da Presidência da República Islâmica do Irã, acesso em 2010)⁴

Desse modo, os poderes do presidente são limitados pelo aiatolá, o qual é o Líder Supremo no Irã. O modelo governamental iraniano, o da república teocrática, demonstra que o Estado no Irã tem na simbiose entre religião e política um princípio legal, diversamente do apresentado na maioria dos países ocidentais, que, ao menos constitucionalmente, procuram apresentar-se como estados laicos. Inclusive, generalizando, poderíamos dizer que “os islamistas rejeitam abertamente valores como o secularismo, a democracia, o primado da lei civil, a igualdade entre homem e mulher e entre Muçulmanos e não Muçulmanos” (PINTO, 2003, p. 37).

Mahmoud Ahmadinejad é o atual presidente e está no segundo mandato. As últimas eleições ocorreram em 2009 e foram apontadas como fraudulentas por setores da oposição. As denúncias de fraude começaram a ser veiculadas via internet a partir de iranianos contrários ao governo, alastrando-se posteriormente nos noticiários dos principais veículos de comunicação de grande parte dos países, inclusive do Brasil (ANTOUN & MALINI, 2010).

3.1.1 De Pérsia a República Teocrática do Irã

O território atualmente denominado Irã foi, na Antiguidade, o centro do Império Persa, que dominou vastas regiões da Ásia e do norte da África, sobretudo sob o governo de Ciro II,

⁴ “Ao lado do Líder, o Presidente deve ser a maior autoridade oficial do Estado, sendo responsável pela implementação da Constituição e, como Chefe do Executivo, pelo exercício dos poderes executivos, com exceção dos assuntos que estão diretamente relacionados ao Líder.” (tradução livre)

o Grande (558 – 530 a.C.), e de Dário I (morto em 486 a.C.), época em que o império controlou mais de 5 milhões de quilômetros quadrados.

A partir de 630 ocorreram invasões árabes na região e a posterior implementação da religião islâmica. Mas apenas em 1502, sob a dinastia Safávida, o islamismo xiita passou a ser a religião oficial do país.

O Irã deixou de ser chamado de Pérsia pelo Ocidente em 1935, quando o Xá Reza Pahlevi proclamou que Irã (os iranianos já se autodenominavam iranianos e chamavam o país de Irã, ou seja, “terra dos arianos”) deveria ser o nome utilizado para referir-se ao país, numa “clara tentativa do Xá de distinguir-se da herança islâmica dos árabes” (GOMES, 2007, p. 54).

O governo de Reza Pahlevi é tido pelos opositores como sujeito aos governos ocidentais, sobretudo porque este governante “inclinava-se a laicizar o Irã como uma república ocidentalizada” (GOMES, 2007, p. 54), proibindo, para tanto, costumes religiosos já arraigados na cultura local, como o xador (vestimenta preta usada pelas mulheres, cobrindo o corpo inteiro).

De fato, Reza Pahlevi alcançou o poder em 1921 quando realizou um golpe de Estado com o apoio do Império Britânico, o qual se apresentava temeroso frente à influência do comunismo russo na região. “Dissipando dissidências internas e enfrentando sublevações, o exército de Khan [Reza Khan Pahlevi] consolidou a supremacia do novo líder sufocando rebeliões comunistas em Gilan, Norte do Irã” (GOMES, 2007, p. 53).

Influenciado pelos britânicos, Reza Khan passou a movimentar o país na formulação de mudanças que foram identificadas como uma tentativa de tornar o Irã um Estado laico e com moldes ocidentais. No entanto, Khan foi retirado do poder em 1941, quando perdeu o suporte dos britânicos sob denúncias de endossar o regime nazista. Muhammed Reza Pahlevi, filho de Reza Khan, ocupou o lugar do pai. Muhammed Reza governou até 1979, numa administração muito parecida à de Reza Khan no que se refere à submissão aos governos ocidentais.

3.1.2 A intervenção religiosa nos países islâmicos do Oriente Médio

A tentativa de secularização¹ ocorrida sob o governo dos Pahlevi no Irã também foi verificada no resto do mundo islâmico do Oriente Médio durante as primeiras décadas do século XX. Neste período, ocorreram alianças entre as autoridades religiosas e os governos seculares na busca por impedir o desenvolvimento das ideias comunistas. Os governos seculares detinham o poder, mas permitiam a existência de movimentos políticos de cunho religioso, já que os comunistas, e não os religiosos, é que eram percebidos como principal adversário político.

No entanto, os governos seculares do Oriente Médio foram aos poucos se mostrando corruptos e repressivos, além de se apresentarem distantes da herança islâmica e se aproximarem dos preceitos políticos e culturais do Ocidente. Com a incapacidade da alternativa comunista em manter-se ativa frente à repressão das autoridades religiosas e dos governos seculares, a via da intervenção religiosa foi a que se mostrou a mais adequada.

A emergência dos movimentos fundamentalistas deveria ser entendida, acima de tudo, como uma tentativa por parte das sociedades islâmicas de moldar uma identidade autóctone e genuína. Após a independência, a criação de Estados seculares – nomeadamente a Turquia Kemalista – acentuou a ruptura intelectual e política com o legado do Islão. Os valores islâmicos tradicionais perderam a sua eficácia enquanto princípios de organização e salvaguardas da justiça social e da participação na vida comunitária. A *Sharia* que servia como código de leis desde o século VII foi substituída por códigos de inspiração ocidental. (PINTO, 2003, p. 30)

Com efeito, tendo em vista a corrupção e a inadequação cultural dos governos seculares, o desagrado das populações com tais governantes só tendia a aumentar. Tanto é que, na década de 30 do século XX, o professor egípcio Hassan al-Banna acusou os governos

¹ Por secularização nos referimos à busca por distanciar, da população e da administração dos Estados, parte dos hábitos religiosos. Certos movimentos de secularização no Islamismo entendem a influência religiosa na política como sinal de atraso ou empecilho ao desenvolvimento. Nesse contexto, os governos seculares são compreendidos, por determinados setores muçulmanos, como aqueles que veem os países ocidentais como referências a serem seguidas, sobretudo pela ideia de formação de Estados laicos. É importante lembrar que “secular”, em alguns casos, pode estar referindo-se, também, aos governantes que não ocupam cargos religiosos, como é o caso do presidente Mahmoud Ahmadinejad, engenheiro não diretamente ligado à igreja, mas cujas posições políticas se distanciam do conceito de secularização primeiramente exposto.

seculares do Egito pelo declínio do país. O movimento de al-Banna, chamado de a Irmandade Muçulmana, apresentava a possibilidade de uma união entre religião e política, além de reformas sociais e econômicas no mundo árabe e islâmico.

As fileiras da Irmandade Muçulmana engrossaram rapidamente na primeira década e meia da sua existência devido ao apelo social e à mensagem activista dos *Ikhwan* que atraía as massas dos pobres e desempregados do Egito nos anos da Depressão. Os *Ikhwan* alargaram a sua base de apoio quando participaram, ao lado dos exércitos árabes, na luta contra o recém-criado Estado de Israel. (PINTO, 2003, p. 29)

Dessa maneira, o pensamento de que havia a necessidade de implementação de uma nova concepção de governo, distante dos preceitos ocidentais e mais aproximados das leis islâmicas, cresceu gradativamente, sendo que a derrota dos Estados árabes frente a Israel em 1967 pode ser considerada como um marco para o ressurgimento da tentativa de criação de Estados islâmicos e de oposição à influência ocidental (PINTO, 2003).

Com efeito, a derrota dos Estados árabes em 1967 fez crescerem sentimentos de humilhação na *Umma* (comunidade muçulmana) e de hostilidade dos países islâmicos do Oriente Médio contra os Estados Unidos e a Europa, os quais apoiaram abertamente o Estado de Israel. Reunidos numa tentativa de compreender o fracasso ao qual foram submetidos os Estados árabes, “os crentes concluíram que tal fraqueza se deveu ao seu afastamento da religião e à adopção dos costumes ocidentais” (PINTO, 2003, p. 33). Dessa forma, o aprofundamento e a revisão das normas islâmicas unidos à resistência à influência ocidental passaram a ser um forte argumento para a instituição de novos governos.

3.1.3 A Revolução Iraniana

Com o fim da II Guerra Mundial, as tropas soviéticas permaneceram no norte do Irã, sobretudo na província do Azerbaijão iraniano. Contudo, percebendo o perigo da ocupação soviética no estratégico território iraniano, os Estados Unidos iniciaram esforços para expulsar a tropas da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) do país. Foi por

causa do empenho diplomático americano que os soviéticos se retiraram do Irã, levando os EUA a serem vistos como herói e força libertadora para a população iraniana (PINTO, 2003).

No entanto, em 1953, os americanos e os ingleses se envolveram num golpe para derrubar do poder Mossadegh, Primeiro-Ministro iraniano que havia decretado a nacionalização da companhia inglesa (atual British Petroleum) possuidora do monopólio da exploração petrolífera no país. “Esta intervenção secreta americana destruiu a credibilidade dos EUA no Irão: teve um impacto tão negativo que a sua influência perduraria ao longo das décadas, acabando por alimentar o anti-americanismo e os sentimentos de revolta contra o Xá” (PINTO, 2003, p. 212).

Desse modo, começavam a surgir na população iraniana sentimentos de insurreição e inconformismo em relação ao governo de Reza Pahlevi e à presença norte-americana no país, representada, inclusive, na gradativa ocidentalização da cultura iraniana.

De fato, dando prosseguimento à ocidentalização do Irã já iniciada com Reza Khan, Muhammed Reza inaugurou um programa de reformas chamado de “Revolução Branca”, o qual foi duramente criticado por autoridades religiosas e setores aristocráticos do país. Também é importante salientar que o Xá possuía um pensamento recorrente de que as antigas tradições islâmicas e a hegemonia cultural religiosa eram prejudiciais ao desenvolvimento iraniano.

A imagem da dinastia Pahlavi deteriorava-se continuamente devido às tentativas de mudar, pela coacção, um país com uma cultura ancestral onde a religião xiita era a principal referência. Fechado no seu palácio dourado e afastado das realidades do seu povo, o Xá foi endurecendo o seu regime. A SAVAK, a sua polícia política, refinou as técnicas de controlo da população e desenvolveu uma presença omnipresente. (PINTO, 2003, p. 214)

É nesse contexto que surge o aiatolá Ruhollah Khomeini (1902? – 1989). Iraniano da cidade de Jomeini. “Para Khomeini o problema do mundo muçulmano decorria diretamente da incredulidade e da falta de engajamento político na materialização da fé” (GOMES, 2007, p. 76), e, por isso, pregava aos xiitas “uma existência vinculada à luta por uma sociedade piedosa e justa, uma crença endêmica de que cada xiita nasceu para pertencer ao combate pela implementação do escrituralismo governamental com vistas à depuração da sociedade” (GOMES, 2007, p. 77 e p. 78). O alvo a ser combatido logo foi identificado como o governo do Xá e a influência ocidental.

Encontrando apoio em meio à população iraniana, começaram a ser verificados protestos liderados por Khomeini, numa demonstração da desaprovação do povo pelo governo do Xá. Às críticas ao Xá juntava-se o anti-americanismo, estrategicamente utilizado por Khomeini nas lutas pelo poder, numa tática que permitiu “afastar os moderados com base em alegados conluíus com Washington” (PINTO, 2003, p. 225). Devido à atitude hostil em relação ao governo dos Pahlevi, Khomeini foi exilado, passando a viver durante anos nos subúrbios de Paris.

Do exílio, Khomeini arquitetou ataques e protestos ao governo iraniano, contando com a participação popular. Porém, mesmo com o crescimento dos protestos, “os relatórios da CIA, a Central de Inteligência norte-americana, mostravam que o exército superarmado do Xá e o apoio norte-americano tornavam impossível a queda de Pahlevi” (KARNAL, 1994, p. 39). Essa falha da inteligência americana em reconhecer a ampliação do descontentamento do povo iraniano em relação ao Xá se mostraria como um facilitador para a tomada de poder por parte dos revolucionários.

De fato, no dia 4 de novembro de 1979, a Embaixada americana foi tomada em Teerã. Um mês depois, uma nova constituição foi aprovada, criando o regime islâmico. “A Constituição consagrou o *Faqih* como a figura central da ordem política, estabeleceu o domínio da classe religiosa sobre as instituições do Estado e fez da jurisprudência islâmica a fundação de todo o sistema legal” (PINTO, 2003, p. 225).

Faqih é o nome dado aos sábios e estudiosos em direito islâmico. A nova constituição, portanto, dava à classe religiosa o predomínio sobre as instituições do Estado, e ao *Faqih* foi dado um poder superior a qualquer governante secular.

A Revolução Iraniana aumentou ainda mais o abismo existente entre os países que se consideram ocidentais e as nações islâmicas do Oriente Médio. Tendo sido transmitida por televisão em grande parte dos países, a imagem que se fez da revolução atingiu a mentalidade das populações ocidentais, aliando o fanatismo religioso à imagem do islamismo.

No Ocidente, o Islamismo começou a ser visto como uma força anti-ocidental e anti-democrática, instigadora de actividades subversivas e terroristas. Os EUA nunca se conseguiram recompor da virulência anti-americana da Revolução Iraniana de 1978-79. Durante meses a fio, as televisões de todo o mundo transmitiram imagens das multidões iranianas em fúria gritando *slogans* anti-americanos, queimando a bandeira dos Estados Unidos e acusando os EUA de serem o “grande Satã” – designação que perduraria na retórica fundamentalista até os nossos dias. (PINTO, 2003, p. 17)

A Revolução Iraniana ainda é, para o governo americano, uma importante demonstração de que o Irã deve ser compreendido como um opositor dos Estados Unidos. Inclusive, ainda persiste na mentalidade de grande parte da população americana – e mesmo de outros países ocidentais – a ideia de que o Irã é constituído por governantes perversos e uma população fanática. Não devemos nos esquecer de que, em 2002, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, determinou que no mundo havia um “Eixo do Mal”, do qual o Irã era um dos representantes.

3.1.4 O programa nuclear iraniano

Para grande número de peritos de Israel e dos Estados Unidos, o Irã desenvolve, efetivamente, armas nucleares, e assim o faz sob o pretexto de desenvolvimento de um programa energético nuclear para fins pacíficos, herdados do período do Xá e recuperado pelos aiatolás (PINTO, 2003). Entretanto, não foram encontradas provas concretas de que o Irã esteja desenvolvendo armas nucleares em seu território. O que existe de palpável é que o Irã possui certo domínio sobre a tecnologia nuclear, tendo inaugurado a primeira usina no dia 21 de agosto deste ano e instalado 8 mil centrífugas de enriquecimento de urânio por todo o território do país. De acordo com especialistas, o conhecimento que o Irã possui sobre a tecnologia nuclear permitirá que, em breve, os iranianos tenham as condições técnicas necessárias para a produção de armamentos nucleares (PINTO, 2003).

Desde 1968, existe um acordo internacional de não-proliferação de armas nucleares (o Tratado de Não Proliferação Nuclear ou NPT, na sigla em inglês), assinado por 188 países em todo o mundo. Dos países considerados por George W. Bush como sendo do “Eixo do Mal”, apenas a Coreia do Norte não faz mais parte deste tratado, já que pediu retirada em janeiro de 2003. De acordo com o NPT, os signatários podem enriquecer urânio para fins civis, embora tenham de submeter-se a inspeções da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica).

O programa nuclear iraniano é inspecionado regularmente pela AIEA. No entanto, alguns países, como Estados Unidos e Israel, cobram que o Irã seja inspecionado com regras

mais rigorosas do que as verificadas nos restantes dos signatários. O Irã discorda que tenha de ser tratado com mais rigor e não permite que as inspeções ultrapassem o estabelecido como inspeções regulares pelo tratado.

Desde 2006, a ONU aplica sanções ao Irã, nas quais se incluem a restrição financeira e de viagens a pessoas e companhias ligadas ao programa nuclear; a limitação da importação de artigos de tecnologia; a proibição da exportação de armas e da comercialização de qualquer tipo de material e tecnologia que possam contribuir para o programa nuclear do país.

As autoridades iranianas alegam que o programa nuclear tem utilidade exclusivamente pacífica. O presidente Mahmoud Ahmadinejad já condenou publicamente a utilização de armas nucleares, no que foi corroborado pelo Líder Supremo, o aiatolá Khamenei. O impasse, entretanto, permanece, e a mídia fica no meio dessas negociações e acordos, fornecendo uma visão própria dos acontecimentos.

3.2. Jornal Nacional

A seguir, passaremos a procurar entender melhor o contexto de inauguração do canal de televisão que viria a tornar-se o maior angariador de audiência no meio, a Rede Globo de Televisão. Desde o início aproximando-se dos Estados Unidos, tanto para receber vantagens financeiras quanto tecnológicas, a Globo apresenta, hoje, o telejornal que é considerado o mais assistido do país, o Jornal Nacional, cujas matérias pretendemos analisar mais adiante.

3.2.1 Surge a TV Globo

Desde a década de 1950 o Brasil possui um sistema de transmissão televisiva. O primeiro canal a ir ao ar foi a TV Tupi, dos Diários Associados, que pertenciam ao empresário Assis Chateaubriand.

A TV Globo foi oficialmente inaugurada em 1965 no Rio de Janeiro, com 13 horas de programação diária.

Na década de 1960, no Brasil, as empresas de comunicação com produção jornalística não podiam ter mais do que 30% de participação de capital estrangeiro, lei que teve continuidade com a Constituição Federal de 1988¹. A Globo, porém, mesmo quando ainda não passava de um projeto, recebeu milhares de dólares do grupo americano Time-Life, tendo sido largamente beneficiada pelos investimentos deste grupo. Por isso, o canal nasceu sob denúncias de inconstitucionalidade.

No dia 9 de junho de 1965, Carlos Lacerda escreveu uma nova carta a Castelo Branco. Nessa carta, Lacerda lembrou a promessa feita por Castelo Branco de “investigar o assunto”, em resposta à denúncia da inconstitucionalidade das ligações entre a TV Globo e o grupo Time-Life. (HERZ, 1987, p. 134)

A partir de 1969, quando a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) implantou uma moderna estrutura de telecomunicação, a televisão pôde abranger grande parte do território brasileiro. Nessa época, o Brasil vivia sob o domínio dos governos militares e a Globo foi fundamental para a legitimação destes governos, atuando como “uma espécie de DIP privado, justamente por isso com maior legitimidade” (MIGUEL, 2000).

Poucos anos depois da estreia, a TV Globo já podia considerar-se a líder incondicional da audiência na televisão brasileira. Tal fato se deve a vários fatores, destacando-se, dentre eles, a decadência em que se encontravam as concorrentes – como a TV Excelsior –, o investimento americano, que se traduziu tanto no envio de especialistas quanto em participação financeira, e o apoio que a TV Globo forneceu aos militares, tendo sido apoiada em troca.

Não parecia que iria chegar a tanto quando entrou pela primeira vez no ar em 1965 o Canal 4 do Rio de Janeiro. Em menos de quatro anos, assumiria a liderança absoluta de audiência, a ponto de convertê-la em virtual monopólio e tornar comum a acusação de que se transformara numa espécie de um ministério extra-oficial da informação no País. (SILVA, 1985, p. 30)

¹ “Artigo 222. § 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiofusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.” (Constituição Federal de 1988)

Ainda hoje, a TV Globo desempenha um papel relevante no que diz respeito à opinião pública no Brasil, sobretudo devido à importância adquirida pela televisão entre os brasileiros. Desse modo, um produto como o Jornal Nacional, que é transmitido seis vezes por semana e em um horário de forte audiência, tem grande participação no que diz respeito à formação do pensamento do brasileiro, sendo, portanto, imprescindível a existência de estudos que reflitam sobre o trabalho realizado pelos profissionais que compõem essa programação.

3.2.2 O Jornal Nacional é inaugurado

O primeiro Jornal Nacional foi ao ar no dia 1º de setembro de 1969, mesmo ano em que foi implantado pela Embratel o novo sistema de telecomunicações, permitindo transmissão televisiva que abrangesse grande parte do território nacional. A nova rede de telecomunicações inaugurada pela Embratel permitiu que o Jornal Nacional fosse “o primeiro telejornal transmitido simultaneamente de Norte a Sul do País” (MIGUEL, 2000). O JN já foi criado com planos ambiciosos: “O telejornal foi o ponto de partida de um ambicioso projeto que pretendia transformar a Globo na primeira rede de televisão do Brasil” (Site Memória Globo, acesso em 2010).

Na época do surgimento, o JN tinha duração de 15 minutos e era transmitido de segunda a sábado, sendo dividido em três grandes áreas: local, nacional e internacional. Diferentemente do Repórter Esso, o qual terminava cada edição com a notícia mais impactante do dia, o JN optou por ser finalizado diariamente com uma notícia leve, de conteúdo poético e ameno, a qual era conhecida como “boa noite”, dando ao telespectador um sentimento de tranquilidade bem propício para um noticiário que buscava apoiar o regime de governo da época.

Tradicionalmente, o JN é apresentado por uma dupla de âncoras, sendo que os primeiros foram Hilton Gomes e Cid Moreira. Em 1996, quando William Bonner e Lillian Witte Fibe passaram a dividir a bancada do telejornal, pela primeira vez uma mulher tornou-

se âncora do JN. Em 1998, Lillian Witte Fibe foi substituída por Fátima Bernardes, a qual passou a formar, juntamente com William Bonner, a dupla que apresenta o telejornal até hoje.

O casal de âncoras do Jornal Nacional é famoso tanto dentro do meio jornalístico quanto fora dele, chegando a angariar imagens de mito.

No espaço circunscrito do Jornal Nacional – JN –, Bonner exerce o papel tradicional que se espera de um apresentador. Mas é através do olhar dos pares – os jornalistas da imprensa, revistas e sites de informação – que Bonner tem a imagem mitificada, como se tivesse algo especial para “merecer” estar à frente do mais antigo e paradigmático telejornal do país, o informativo com as maiores verbas do mercado publicitário. (HAGEN, 2004, acesso em 2010, p. 1)

Com efeito, depois de tantos anos de exposição televisiva, os dois jornalistas alcançaram um nível de considerado entusiasmo por alguns colegas da imprensa, como se houvesse em William Bonner e Fátima Bernardes um potencial diferenciador em relação aos outros profissionais do meio. Naturalmente, essa imagem não é completamente isenta de ser abalada e não é de forma alguma unânime. Exemplo disso é a polêmica surgida após a publicação, na revista Carta Capital de 7 de dezembro de 2005, da crônica “De Bonner para Homer”, escrita pelo jornalista e professor Laurindo Leal Filho. No texto, Laurindo critica a postura com que são tomadas decisões no JN, além de censurar explicitamente a maneira como William Bonner percebe o público do telejornal.

De todo modo, o certo é que o JN inaugurou um estilo diferenciado de se fazer telejornalismo no Brasil. Desde o fato de que até então não se tinha um telejornal que abrangesse todo o território nacional (por motivos técnicos, inclusive), até o estilo visual do JN, pode-se dizer que, com a estreia do Jornal Nacional, houve uma modificação na forma como se faz jornalismo na televisão brasileira (SILVA, 1985). Desse modo, embora criticado por muitos e adorado por outros, é inegável a importância do JN para o telejornalismo nacional.

3.2.3 Breve “perfil” do Jornal Nacional

O JN é exibido de segunda a sábado, a partir das 20 horas, o considerado “horário nobre” da televisão brasileira por ser o período do dia que reúne a maior receita publicitária do veículo. Atualmente, o JN não apresenta espaço para comentaristas e apenas muito raramente é proferido algum discurso do qual se possa retirar a conclusão de que é uma opinião explícita. Exibe notas e notícias curtas, com, em média, um ou dois minutos de duração, abrangendo temas que vão desde a previsão do tempo até o noticiário internacional.

O estilo do JN é inspirado no modelo americano de se fazer telejornalismo (COUTINHO, 2005). Para tanto, apresenta ênfase no prazer estético, em detrimento da informação (COUTINHO, 2005), agilidade na maneira como exhibe as notícias (TRAVANCAS, 2005, p. 2), pouca ou nenhuma apresentação da informação de contexto, além de certa pretensão de objetividade (SILVA, 1985).

Mas esse jeito “frio” e “distante” de veicular notícias, outorgando-se o título de objetivo, não impede, naturalmente, que os discursos proferidos pelos jornalistas do JN sejam isentos de opinião.

À parte o papel do jornalismo como mediador do mundo social, a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado ou veracidade supostamente inerente aos acontecimentos. Em parte, isso acontece porque a rotulagem de algo implica a existência de uma avaliação e de um contexto. (HACKET, 1984, p. 107)

De fato, não se deve esperar que discurso algum seja neutro ou isento, pois, a rigor, a neutralidade não existe de maneira absoluta no universo da linguagem. Desse modo, a opção por este ou aquele enquadramento, a exclusão de determinados aspectos referentes ao fato narrado e mesmo alguns gestos ou tons de voz demonstram a existência de uma opinião nos telejornais. É nesse sentido que se pode falar em posicionamento em relação a este ou àquele tema no telejornalismo, favorecendo ou atrapalhando a circulação de certas ideias e conceitos.

3.2.4 O jornalismo internacional no Jornal Nacional

O JN sempre contou com o jornalismo internacional. Desde o começo, havia a divisão entre as notícias voltadas para temas locais, nacionais e internacionais e, também desde o começo, o jornalismo internacional no JN sofreu influências dos Estados Unidos. O primeiro escritório internacional que o JN montou foi em Nova Iorque, Estados Unidos, no ano de 1973, sob o comando de Hélio Costa. Além da produção de Hélio Costa, que versava sobre assuntos variados dentro da temática internacional, a sucursal em Nova Iorque se utilizava de imagens de arquivo produzidas pelo noticiário americano.

A filial cresceu rapidamente: “No início, trabalhavam com Hélio Costa apenas uma produtora e um cinegrafista. No fim da década de 1970, a equipe já contava com 30 funcionários” (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Em 1974, a segunda sucursal foi montada: de Londres, Sandra Passarinho e o cinegrafista Orlando Moreira falavam sobre os principais acontecimentos no território europeu.

No início da década de 1980, a Rede Globo já contava com seis sucursais em território estrangeiro: duas nos Estados Unidos (Washington e Nova Iorque), três na Europa (Londres, Paris e Colônia) e uma na América Latina (Buenos Aires). Poucos anos depois, no entanto, as filiais de Paris, Colônia e Buenos Aires foram desativadas.

Como se vê, havia uma centralização da produção nos países ricos ou com realidades diretamente mais próximas do Brasil – como a Argentina –, relegando-se a segundo plano vastas regiões do mundo, como a Ásia e a África, exceto em períodos excepcionais, como a Guerra Irã-Iraque de 1980, época em que foram enviados jornalistas especialmente para cobrir o evento.

Ainda hoje o JN concentra o jornalismo internacional nos países mais ricos, produzindo matérias a partir de cidades como Nova Iorque, Washington, Londres, Lisboa, Roma, Jerusalém, Buenos Aires. No que diz respeito ao Oriente Médio, quase todas as matérias são feitas a partir dos Estados Unidos, com uma pequena quantidade sendo veiculada desde Jerusalém. É importante notar que a capital de nenhum país árabe possui correspondentes internacionais da TV Globo (excetuando-se o caso de Jerusalém, que é

declarada, mas não reconhecida, como capital da Palestina e de Israel), o que, por si só, dificulta a produção de um conteúdo que se volte para os interesses destes países.

Esta produção realizada a partir das potências mundiais torna ainda mais concreta a tendência a “ver o novo com os olhos viciados na contemplação do velho, cegos, portanto, ao específico, à natureza própria e íntima da diferença” (WAINBERG, 2005, p. 10).

De fato, é correto supor que, reportando-se a partir de determinado país, as influências recebidas pelas opiniões presentes e reinantes naquela nação sobre o tema tratado devam exercer inspiração importante para a produção do conteúdo jornalístico. Assim, ao escolher os Estados Unidos como principal ponto de referência para se tratar das questões sobre o Oriente é inegável a influência fornecida por este país na rotina jornalística das matérias que tratam sobre o referido tema.

Dos materiais que nos dispusemos a analisar, os quais se referem ao período de setembro de 2009 e versam sobre o Irã, encontramos matérias oriundas exclusivamente dos Estados Unidos, das cidades de Nova Iorque, Washington e Pittsburgh, com os jornalistas Luís Fernando Silva Pinto, Lília Teles e Rodrigo Bocardí. Além disso, também encontramos as notas cobertas, em que não há uma autoria específica da parte de nenhum repórter ou qualquer referência a uma localização particular de onde a matéria surgiu.

Dessa maneira, embora se referenciem ao Irã, país que se localiza no Oriente Médio, os repórteres se dirigem ao público a partir dos Estados Unidos, já prenunciando, de certo modo, ao lado de quem pretendem estar na ordem dos conflitos narrados.

4. Construindo um inimigo

Acompanhamos todas as matérias veiculadas pelo Jornal Nacional que dissessem respeito ao Irã do período que vai desde junho até novembro de 2009. Quando digo que acompanhamos matérias que “dissessem respeito ao Irã” refiro-me desde aquelas que tratam especificamente sobre assuntos mais direcionados ao tópico no qual pretendemos aprofundar o nosso estudo – o programa nuclear iraniano – até aquelas que não dizem respeito, diretamente, a nada relacionado a este tema, as quais poderiam abordar, portanto, outros ângulos sobre a conjuntura iraniana.

Desse modo, o único limite a que nos expusemos foi o de que as matérias deveriam versar sobre o Irã, quer seja sobre o presidente deste país, quer seja sobre assuntos relacionados ao cotidiano iraniano ou falando sobre o Irã apenas como um assunto colateral dentro da notícia. Foram, então, verificadas matérias que tinham no “país dos aiatolás” a sua principal motivação (como, por exemplo, as várias vezes em que é citada a turbulência que se seguiu à reeleição de Ahmadinejad), assim como aquelas em que o Irã aparecia como figurante (geralmente, dentro do repertório captado, o Irã servia de referência quando se falava sobre violência no Oriente Médio ou acerca das relações internacionais norte-americanas).

No espaço temporal acompanhado, o país foi citado em matérias do Jornal Nacional ao menos cinco vezes em cada mês, e desde a primeira notícia o JN já tratava do programa nuclear iraniano. Entre junho e novembro de 2009 o Irã foi citado de cinco a nove vezes a cada mês. As questões mais abordadas são as relativas ao programa nuclear e à reeleição de Mahmoud Ahmadinejad, com ênfase para os protestos e a prisão dos opositores do governo reeleito. Outro tópico que também foi mostrado diz respeito às acusações que o governo de Teerã fez aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha, alegando que estes dois países estariam envolvidos em projetos de espionagem e de atentados no território iraniano. Além disso, foram mostradas as duas quedas de avião que ocorreram durante o mês de julho no Irã.

Em nenhum momento a população iraniana foi ouvida pelos telespectadores ou cenas do cotidiano do país foram mostradas. Na verdade, o Irã é tema de matéria para o JN apenas

quando ocorre algo que pode mostrar-se como fora do cotidiano, mais precisamente, em casos de tragédia, protestos, tortura, espionagem, atentados, desavenças internacionais e corrida por armamentos.

Todas as matérias falam sobre violência ou conflito, e quase todas retratam o Irã como o causador do conflito, salvo raras exceções em que este país é, ainda que sutilmente, visto como vítima. Dessa forma, é plausível dizer-se que o país é retratado como uma oposição à consolidação de uma unidade pacífica, uma contrariedade à construção de um território de tranquilidade e quietação, o avesso da placidez. É claro que existe o fato de que a imprensa internacional tem a liberdade limitada no Irã, já que não é possível executar sem entraves qualquer tipo de gravação ou entrevistas no território do país. Isso já é capaz de desfalcicar a possibilidade da veiculação da imagem de um Irã diferente do comumente apresentado.

Com efeito, estando a imprensa, relativamente, menos livre, se comparamos com outros países, para exibir a rotina da população, o lado da vida diária em que os iranianos vivem sem preocupar-se com as problemáticas políticas mais abrangentes, fica reduzida a possibilidade de apresentação de um presumível Irã pacífico, um imaginável país onde se tem uma existência rotineira como em qualquer outro lugar do planeta. No entanto, quaisquer que sejam as motivações que levam o Jornal Nacional a limitar a representação do Irã a um território de tumultos, o mais importante são os possíveis efeitos que podem ocorrer de tal limitação na cobertura.

Sendo improvável que todas as pessoas visitem todos os países ou mesmo tenham acesso direto e aprofundado para tomar conhecimento com “os próprios olhos” da cultura de cada nação, pode-se chegar à conclusão de que o jornalismo internacional é uma importante fonte de informação para a formulação do pensamento que se tem de determinadas culturas internacionais. De fato, tendo o telespectador meios restritos para verificar, corrigir ou abrandar a cobertura que se faz da cultura de outro país, o jornalismo internacional ganha autoridade para determinar, em parte, aquilo que se pensa ou como se concebe uma cultura que se considera distante.

Desse modo, no mínimo pode-se dizer que é espantoso o fato de um país ter tido a imagem construída exclusivamente com acontecimentos negativos durante seis meses seguidos e com uma regularidade da qual não se pode dizer que foi acanhada. Certamente, o efeito que tal cobertura é capaz de causar não deverá ser menos espantoso.

4.1. Delimitação do período a ser analisado

Seria incorreto afirmar que as matérias que abrangem os seis meses (junho a novembro de 2009) que acompanhamos apresentam importante heterogeneidade. Na verdade, encontramos certa semelhança na forma como se veiculam imagens do Irã durante todo o período de tempo em questão: os temas são recorrentes, o ângulo de visão – desfavorável ao atual governo do Irã, na quase totalidade dos casos – não se modifica, o tom da cobertura noticiosa é praticamente invariável.

Apesar disso, verificamos que o mês de setembro apresentava-se como uma espécie de exceção. Efetivamente, em setembro não só o número de matérias que falam sobre o Irã é maior (verificar anexo A) como o tempo dedicado a cada matéria é também superior (ver anexo B). Isso acontece depois de o Irã ter passado um período considerável de tempo sem ter sido citado, já que depois do dia 6 de agosto o país só volta a ser citado novamente no dia 1º de setembro. Além disso, as matérias passam a concentrar-se na temática específica do programa nuclear do país, apenas insinuando outros assuntos de forma menos aprofundada.

No dia 1º de setembro começam as matérias que se centram no programa nuclear e essa linha é seguida até o dia 1º de outubro, quando o Irã libera o acesso a uma usina de enriquecimento de urânio em seu território. Depois do dia 1º de outubro, o programa nuclear iraniano é abordado, mas não possui a mesma centralidade na cobertura relativa ao país nem o tempo dedicado é tão grande quanto o encontrado do dia 1º de setembro ao 1º de outubro. Dessa maneira, a análise que realizaremos abordará este período de tempo de um mês dentre os seis meses acompanhados. Além disso, limitando o período de análise, pretendemos realizar um estudo mais aprofundado do que seríamos capazes caso a pesquisa abrangesse os seis meses captados como um todo.

Naturalmente, o restante do período acompanhado poderá, eventualmente, servir de apoio para determinadas conclusões, mas esse é um procedimento que não excluirá ou deixará em segundo plano aquilo a que nos propomos: analisar a imagem que se constrói do Irã no Jornal Nacional durante o período de 1º de setembro a 1º de outubro de 2009, mais precisamente nos dias 1º, 5, 17, 18, 23, 25, 26, 28 e 29 de setembro e 1º de outubro de 2009 – dias em que se falou do Irã no JN.

A seguir, estão destacadas algumas considerações que tiramos a partir da análise do material ao qual nos referimos.

4.2. “O Irã está isolado do resto do mundo”

Uma expressão comumente utilizada nas matérias é “comunidade internacional”. Vejamos:

“Chico Pinheiro: A *comunidade internacional* [grifo nosso] reagiu com firmeza às declarações do presidente iraniano, que voltou a dizer que a morte de 6 milhões de judeus pelo regime nazista foi uma farsa”. (Jornal Nacional, 18 de setembro de 2009)

“Rodrigo Bocardi: Hoje, em Pittsburgh, depois que o presidente americano disse que o Irã desafia a *comunidade internacional* [grifo nosso]; depois que o presidente francês, Nicolas Sarkozy, afirmou que o país não colabora com os inspetores da ONU; a agência de energia atômica iraniana confirmou a existência de uma segunda instalação nuclear”. (Jornal Nacional, 25 de setembro de 2009)

“Rodrigo Bocardi: O temor da *comunidade internacional* [grifo nosso] é de que o Irã tenha ambições militares com o programa nuclear, embora o país venha afirmando que os fins são pacíficos”. (Jornal Nacional, 25 de setembro de 2009)

“Fátima Bernardes: O governo do Irã voltou a provocar hoje muita preocupação na *comunidade internacional* [grifo nosso]. Pelo segundo dia seguido, o país realizou testes com mísseis”. (28 de setembro de 2009)

A “comunidade internacional” a que se referem os jornalistas do Jornal Nacional parece possuir uma unidade ou, ao menos, funciona para passar a impressão de uma coesão concreta de todos ou da maior parte dos países do mundo. É como se houvesse uma aliança

global caminhando em busca de uma finalidade comum a todas as nações, as quais, pela ideia de uma comunidade, não aparentam ter conflitos de qualquer tipo entre si: o mundo reunido em comunhão, possuindo uma opinião compartilhada e apresentando-se politicamente como um só.

Quando se diz “comunidade internacional” derrubam-se todas as diferenças e possíveis diversificações de opinião que possam estar presentes para criar-se uma homogeneidade de julgamento. Não se especifica de qual país se fala, mas é instituída a presença de uma opinião em comunidade para todas as pátrias. É de se imaginar, portanto, que qualquer nação que esteja contrariando os desígnios dessa “comunidade” esteja confrontando, também, a realização da paz, a solução dos conflitos, a inexistência da subversão. De fato, se há um país que não está de acordo com aquilo que as nações, em comunhão, supõem que seja o correto, o aceitável, o justo, é possível crer que esta pátria busca a desordem, o choque, a colisão.

É razoável chamar atenção para o fato de que quando a expressão “comunidade internacional” aparece para referir-se ao Irã é, invariavelmente, para significar que este está em oposição àquela. De fato, Chico Pinheiro diz que “A comunidade internacional reagiu com firmeza às declarações do presidente iraniano”, ou seja, o jornalista afirma que há uma linha de pensamento comum aos países – Estados pensando em coro – e esta linha de pensamento está sendo contrariada pelo presidente iraniano, de tal modo que as nações reagem “com firmeza” às declarações dele.

Rodrigo Bocardí, citando o presidente americano Barack Obama, diz que “o Irã desafia a comunidade internacional” e, ainda, que a comunidade internacional possui um “temor” referente à possível “ambição” do Irã em relação ao desenvolvimento de armas nucleares. Como se vê, o Irã age de forma malévola por duas vezes: tanto ao desafiar a comunidade quanto ao amedrontá-la. Além disso, segundo Fátima Bernardes, o governo do Irã “volta” a provocar “preocupações” na comunidade, afirmando tanto que o Irã causa inquietações na comunidade dos países quanto que esta não é a primeira vez que isso acontece – não é uma exceção que o Irã se torne “preocupante”.

Portanto, o “país do aiatolás”, além de proferir, através do porta-voz Mahmoud Ahmadinejad, declarações às quais as pátrias reagem com firmeza, porque contrariam aquilo que as nações pensam que seja o correto, ainda desafia esta comunidade de países, porque é

possível que o Irã tenha a “ambição” de desenvolver armamentos nucleares. Tudo isso leva a nação iraniana a ser preocupante e temível: não são as outras nações que podem causar mal ao Irã, mas é esta que pode ser prejudicial aos outros países. Dessa maneira, seria razoável afirmar que as ações pelas quais o país é regido “isolam ainda mais o Irã do resto do mundo” (Jornal Nacional, 18 de setembro de 2009).

É, portanto, retirado do Irã o papel de uma possível vítima ou sujeito passivo dos acontecimentos, sendo transferida a imagem de um agente cujos atos trazem à tona terror e nervosismo. Exclui-se a possibilidade de que o Irã também possua pontos em comum com esta pretensa “comunidade internacional” ou que realize algo que não seja apresentar-se como um oposto a esta comunidade. O “país dos aiatolás” parece servir unicamente para levar temor ao restante do mundo, desafiando a ordem comum presente entre as nações para fazer surgir uma nova ordem, uma ordem negativa e adversa, onde as armas nucleares serão fonte de ambição, mísseis e armamentos serão testados, usinas nucleares serão montadas às escondidas.

Já é possível verificar a presença de uma fronteira delimitando os espaços entre “nós” e “eles”. “Nós” abominamos armas nucleares, aspiramos à paz e acreditamos na matança dos judeus na Segunda Guerra Mundial; “nós” pertencemos à comunidade internacional, tendo relações amigáveis com a França e com os Estados Unidos, achando incorreta a ocultação de usinas nucleares e a busca pelo desenvolvimento de armamentos de matança em massa. “Eles”, entretanto, acham que a morte dos judeus na Segunda Guerra é uma “farsa” e desafiam a comunidade internacional com a ambição de desenvolver armas de guerra proibidas, utilizando-se, para tanto, de atos ilícitos, como esconder usinas e não colaborar com os inspetores da ONU.

Em suma, é possível entender que as matérias eliminam qualquer colisão ou dessemelhança de opiniões presentes nas relações internacionais sob a expressão “comunidade internacional”, assim fazendo para estar de acordo com determinadas formas de se enxergar a problemática de que tratam, levando as opiniões divergentes ao esquecimento. Agindo desse modo, as matérias fazem com que pensamentos contrários àqueles expressos por essa pretensa comunidade possam parecer terríveis e antagônicos à unidade global, o que é reforçado por palavras que nos remetem imediatamente a esta ideia, como “reagiu com firmeza”, “desafia”, “temor”, “ambições militares”, “preocupação”, “isolam”.

Naturalmente, essas palavras sozinhas não seriam capazes de levar a muitas considerações sobre o Irã. Incluídas, no entanto, no contexto de que fazem parte, elas parecem fazer crer que este país é formado ou dirigido por um conjunto de indivíduos nocivos, os quais seriam capazes de causar algum tipo de dano ao mundo. É como se estivesse sendo montado um cenário em que há, de um lado, “nós”, ou seja, a maior parte dos países, desejando o bem e a paz, e, do outro, “eles”, procurando a guerra e o terror.

4.3. “O programa nuclear do Irã vai ser usado para a guerra”

Das matérias analisadas entre 1º de setembro e 1º de outubro de 2009, o Jornal Nacional tratou sobre o programa nuclear iraniano em quase todas, excetuando-se a matéria do dia 18 de setembro de 2009. Nesta matéria, o tópico da energia nuclear dá lugar às declarações de Mahmoud Ahmadinejad sobre a morte de judeus na Segunda Guerra e a repercussão internacional negativa sobre essa afirmação.

De todo modo, diante da quantidade de vezes em que se fala sobre o programa nuclear do país, pode-se perceber que este é um tópico que alcança centralidade na cobertura que o Jornal Nacional faz do Irã. De fato, o JN realiza uma ligação irremovível entre o Irã e o programa nuclear, e é possível afirmar que todas as vezes em que o programa é citado a ideia de armamentos e perigo à paz é trazida. Embora as fontes oficiais do governo de Teerã neguem a utilização ou a “ambição” de desenvolver armas atômicas, tais alegações parecem não ser levadas em consideração, não possuindo valor algum e desmerecendo qualquer crédito.

Abaixo, verificamos uma nota em que os âncoras William Bonner e Fátima Bernardes fazem uma conexão entre programa nuclear e Ministério de Defesa.

William Bonner: O governo do Irã anunciou, nesta terça-feira, que vai apresentar uma proposta às Nações Unidas sobre *o programa nuclear do país* [grifo nosso]. Os Estados Unidos e países europeus acusam o Irã de *usar o programa para fins militares* [grifo nosso].

Fátima Bernardes: E o nome de um homem *procurado pela polícia internacional* [grifo nosso] foi aprovado pelo parlamento iraniano para o cargo de *ministro da Defesa* [grifo nosso]. (Jornal Nacional, 1º de setembro de 2009)

Esta nota contém dois assuntos que, aparentemente, não deveriam ter uma ligação direta e imediata. Dentro de uma mesma matéria, o programa nuclear é ligado à escolha do novo ministro de Defesa iraniano, levando à suposição de que a energia nuclear possui finalidades relacionadas ao uso de armamentos. Além disso, já é aliado um acontecimento negativo ao novo ministro aprovado: o fato de ele ser “procurado pela polícia internacional”. Dessa maneira, o programa nuclear pode ser entendido como um perigo, unido à ideia de aparelhamento de defesa do Estado iraniano, o qual aprovou a nomeação de um indivíduo nocivo, fugitivo da polícia internacional. O programa nuclear, então, correlato a um Ministério de Defesa onde o ministro é um fora da lei, apresenta-se como uma provável ameaça. Acrescente-se a isso o fato de que o perigo não se limita a esta ou àquela nação. Na verdade, o perigo pode estar relacionado ao mundo inteiro, na medida em que o ministro foragido é procurado por uma polícia internacional. O ministro, portanto, é perigoso a todos, possuindo características de um fugitivo cujos danos podem atingir vários países, indeterminadamente.

Como se vê, a ideia de um programa nuclear que possui fins bélicos é trazida à tona, ainda que seja pela interligação de fatos, os quais não deveriam estar necessariamente conectados. Quando se fala de um programa nuclear e, imediatamente depois, da escolha de um novo ministro de Defesa, um cargo, em geral, relacionado à determinação da guerra ou da paz, dá-se a impressão de que tais temáticas possuem uma ligação. A tal fato é adicionada a ideia de um ministro de Defesa perigoso, fugitivo da polícia. Assim apresentado, não há razão instantânea para crer que o programa nuclear do Irã é pacífico, mesmo que as autoridades deste país aleguem isso.

Não esqueçamos, além disso, que a acusação feita pelos “Estados Unidos e países europeus” não é deixada de lado, deixando claro que existe certa desconfiança internacional em relação a este programa nuclear, ou seja, é possível que seja correto o fato de “o Irã de usar o programa para fins militares”. As afirmações que se seguem a esta alegação parecem corroborar para um julgamento afirmativo dessa “acusação”.

Ainda quando não se referencia negativamente o programa nuclear, existe uma correlação direta entre armas e energia atômica. Vejamos:

Heraldo Pereira: O presidente da Venezuela está no Irã para uma visita de sete dias. Hugo Chávez foi recebido pelo presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, *reeleito em junho numa votação contestada pela oposição* [grifo nosso]. Chávez defendeu o programa nuclear do Irã. *Disse que não há provas de que o país esteja planejando construir uma bomba atômica* [grifo nosso]. Chávez também anunciou a intenção de construir usinas nucleares na Venezuela, com ajuda iraniana. (Jornal Nacional, 5 de setembro de 2009)

Na nota acima, não se verifica qualquer crítica referente à possível “ambição” iraniana de desenvolvimento de armas de destruição em massa. No entanto, o telejornal não se isenta de fazer mostrar-se a referência às armas atômicas. Portanto, não se deixa escapar uma provável ligação entre o programa e os armamentos.

Depois de afirmar que Ahmadinejad foi “reeleito numa votação contestada pela oposição”, Heraldo Pereira coloca em cena a ideia de que o Irã poderia construir bombas atômicas a partir do programa nuclear que desenvolve, já que Hugo Chávez “disse que não há provas de que o país esteja planejando construir uma bomba atômica”. Efetivamente, o fato de negar a construção dessa bomba atômica parece contribuir para o pensamento de que é possível que essa bomba exista, ao invés de servir para negar toda e qualquer possibilidade de que essa construção se efetive.

Ahmadinejad, o representante iraniano, está no cargo através de uma “eleição contestada”, não possuindo, dessa maneira, uma autoridade de que se possa dizer que é inteiramente legalizada. Tal fato pode ser útil para colocar em dúvida a probidade do representante iraniano, tornando adequada a desconfiança em relação ao “planejamento” de “construir uma bomba atômica”.

Essa linha de pensamento é seguida em todas as demais matérias, não havendo uma única vez em que o programa nuclear deixa de ser entendido como uma tentativa, camuflada ou aberta, de o Irã conceber armas de destruição em massa. Inclusive, há casos em que nem se cogita mais que o Irã não planeje construir armas nucleares. De fato, como verificaremos na matéria abaixo, em alguns momentos o JN afirma que o Irã pretende construir armas

nucleares, sem sequer levantar a hipótese de que o discurso oficial dos dirigentes do país – discurso que prega para o programa nuclear uma utilidade pacífica – esteja referindo-se a um fato verídico.

Luís Fernando Silva Pinto: O plano de Bush contrariava o governo de Moscou, que se sentia ameaçado com a possibilidade de ter mísseis e tropas americanas tão perto de suas fronteiras. Com o anúncio desta quinta-feira, Barack Obama reduz a tensão entre os dois países e pode também ganhar a boa vontade russa na tentativa de *convencer o Irã a não fabricar mísseis nucleares* [grifo nosso]. (Jornal Nacional, 17 de setembro de 2009)

A “boa vontade russa” é procurada para convencer o Irã contra o desenvolvimento das armas, como se já houvesse sido encontrada alguma evidência comprovando um plano iraniano para construí-las. Do modo como se afirma, parece ser evidente que o Irã planeja construir as armas, necessitando, portanto, haver a persuasão de qualquer outra nação para impedir que tal plano seja efetivado. Novamente, torna-se perceptível a completa exclusão que se faz do conteúdo proferido pelos dirigentes iranianos no que diz respeito à energia nuclear. Não importa que o presidente Ahmadinejad e o aiatolá Khamenei defendam a utilização pacífica da energia atômica, porque estes discursos, especificamente quando se trata deste tema, parecem ser incompreendidos ou indecifráveis.

Abaixo estão transcritos os restantes dos trechos em que se fala sobre o programa nuclear iraniano. É possível perceber a insistência no que se refere a unificar o programa nuclear e a “ambição” deste país em desenvolver armas de destruição em massa. Pode-se notar, também, que, diante do “perigo” de o Irã fabricar armas nucleares, tem-se como aceitável que os demais países promovam ações negativas e impositivas sobre o país, como as sanções da ONU, as ameaças das outras nações, a tentativa de forçar a desativação de todas as usinas nucleares iranianas. A construção de usinas nucleares pelo Irã é vista como um perigo disfarçado, destacando-se que tais usinas são feitas às escondidas, distantes dos olhares das potências. É como se o Irã estivesse tentando acobertar do mundo inteiro o vilão terrível que é, para somente no momento oportuno apresentar as armas, o perigo do qual não se pode mais esquivar-se.

Dessa maneira, é construída a imagem de um inimigo, agregando valores negativos (tais como os de ameaça, guerra, camuflagem) a um programa do governo iraniano, de tal modo que se possa supor que este programa deve disseminar implicações ruins para o restante das nações. Nota-se que existe um julgamento capaz de condenar antes de serem apresentadas provas concretas ou de serem verificadas as intenções. Não parece haver qualquer esforço na tentativa de acatar os discursos oficiais iranianos, nem é dado aos representantes deste país o direito de serem efetivamente ouvidos. Desse modo, não há como tomar conhecimento do que se passa de fato, pois o problema inteiro gira em torno de ameaças não comprovadas, discussões e perigos que não são suficientemente evidenciados.

Lília Teles: Diante do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, Barack Obama criticou o Irã e a Coreia do Norte, e disse que *os dois países puseram as armas nucleares à frente da segurança e da estabilidade do seu próprio povo* [grifo nosso]. Ahmadinejad riu. (Jornal Nacional, 23 de setembro de 2009)

William Bonner: A denúncia de que o Irã está construindo *secretamente* [grifo nosso] mais uma usina nuclear dominou, hoje, as atenções na reunião dos principais líderes mundiais. E isso justamente um dia depois de o conselho de segurança da ONU ter aprovado *uma resolução histórica contra a proliferação de armas nucleares* [grifo nosso] (Jornal Nacional, 25 de setembro de 2009).

Rodrigo Bocardí: *A revelação da existência de uma instalação secreta* [grifo nosso] foi feita um dia depois de o presidente Barack Obama, presidindo pela primeira vez uma reunião do Conselho de Segurança da ONU, *pedir o cumprimento pleno das sanções já impostas ao Irã por causa do programa nuclear e cobrar uma ação mais enérgica contra o desenvolvimento de novas armas atômicas* [grifo nosso]. Por unanimidade, o conselho aprovou uma resolução contra a proliferação e a favor da redução das armas nucleares. Hoje, em Pittsburgh, depois que o presidente americano disse que o Irã desafia a comunidade internacional; depois que o presidente francês, Nicolas Sarkozy, afirmou que o país não colabora com os inspetores da ONU; a agência de energia atômica iraniana confirmou a existência de uma segunda instalação nuclear. [...] *O temor da comunidade internacional* [grifo nosso] é de que o Irã

tenha *ambições militares* [grifo nosso] com o programa nuclear, embora o país venha afirmando que os fins são pacíficos (Jornal Nacional, 25 de setembro de 2009).

Renata Vasconcelos: Nos EUA, o presidente americano, Barack Obama, propôs ao Irã um diálogo *sério e abrangente sobre as ambições nucleares do presidente Mahmoud Ahmadinejad* [grifo nosso]. Obama disse que a descoberta de uma nova usina atômica no Irã tornou o debate ainda mais urgente. Hoje, autoridades iranianas convidaram inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica para visitar a instalação. (Jornal Nacional, 26 de setembro de 2009)

Lília Telles: Na próxima quinta-feira, em Genebra, na Suíça, representantes dos Estados Unidos, China, Rússia, Alemanha, França e Grã-Bretanha vão se reunir com autoridades iranianas. *Os seis países querem evitar que o Irã desenvolva armas nucleares* [grifo nosso]. A república islâmica diz que o programa nuclear é apenas para fins pacíficos, *mas vai ser pressionada a desativar as usinas instaladas em seu território* [grifo nosso]. (Jornal Nacional, 28 de setembro de 2009)

William Bonner: O presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad tem uma visita marcada para o Brasil agora no mês de novembro. Na semana passada, quando o governo americano acusou o Irã de *construir secretamente uma usina nuclear* [grifo nosso], o presidente Lula disse que acredita na declaração do governo do Irã de que o programa nuclear do país tem apenas fins pacíficos. Hoje, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro não quis se pronunciar sobre o lançamento desses mísseis. (Jornal Nacional, 28 de setembro de 2009)

William Bonner: Pois é, ontem, o país dele, o Irã, *testou um míssil de longo alcance* [grifo nosso], capaz de atingir tanto Israel quanto a Europa. Hoje, o governo iraniano reafirmou que *não vai abrir mão do programa nuclear*. [grifo nosso]. O chefe da agência de energia atômica do país confirmou que está construindo uma usina de enriquecimento de urânio dentro de uma montanha e *ao lado de uma base militar* [grifo nosso]. Segundo ele, para proteger a instalação de um possível ataque aéreo, mas o governo do Irã repetiu que o programa nuclear do país tem apenas fins pacíficos. (Jornal Nacional, 29 de setembro de 2009).

Fátima Bernardes: O programa nuclear iraniano foi discutido nesta quinta-feira, em uma reunião em Genebra, na Suíça. Estados Unidos, Rússia, China, França, Reino Unido e Alemanha mandaram representantes. O negociador do Irã prometeu liberar, em até duas semanas, o acesso a uma usina de enriquecimento de urânio. A existência dessa usina foi *revelada* [grifo nosso] ao mundo na semana passada e *provocou muita desconfiança sobre as ambições nucleares dos iranianos* [grifo nosso]. O governo americano alertou que *vai impor novas sanções ao Irã* [grifo nosso], se o país usar as negociações para ganhar tempo e continuar desenvolvendo seu programa nuclear. Outra reunião está marcada para o fim do mês. (Jornal Nacional, 1º de outubro de 2009)

Não são poucas as afirmações categóricas de que o Irã está desenvolvendo armas nucleares, sem que, para tanto, seja, no mínimo, colocado em dúvida que estas armas estejam sendo construídas. Parece haver a certeza de que o país não utilizará o programa nuclear para fins pacíficos. Nesse contexto, é possível pensar que não há razão para supor que as acusações feitas sobre o Irã são falaciosas. Na verdade, pode-se mesmo chegar a afirmar que “os seis países [Estados Unidos, China, Rússia, Alemanha, França e Grã-Bretanha] querem evitar que o Irã desenvolva armas nucleares”, ou seja, passa-se a segurança de que o Irã já está construindo bombas atômicas, sendo, inclusive, necessário haver uma aliança entre as potências na tentativa de “evitar” que tal fato se concretize. Lília Telles transforma uma hipótese em fato merecedor de crédito tanto quanto um acontecimento evidenciado, e não deixa claro que a afirmação repassada por ela é mero pressuposto. A partir da garantia de que o Irã está planejando construir armas nucleares, passa-se a admitir que os “seis países” pressionem a “república islâmica” a realizar atos negativos para o próprio desenvolvimento nacional, como a desativação das “usinas instaladas em seu território”.

Portanto, a suposição de uma ação criminosa, a qual não se comprova ser verdadeira ou não, parece servir para justificar outras ações que poderiam ser consideradas delinquentes, como o ato de “pressionar” um país “a desativar as usinas instaladas em seu território”.

Esse tipo de construção de sentido está distribuído ao longo de grande parte das matérias. Alegações como “os dois países [Irã e Coreia do Norte] puseram as armas nucleares à frente da segurança e da estabilidade do seu próprio povo”; “cobrar uma ação mais enérgica

contra o desenvolvimento de novas armas atômicas”; “ambições militares com o programa nuclear”; “ambições nucleares do presidente Mahmoud Ahmadinejad”; “ambições nucleares dos iranianos” pretendem apresentar uma garantia: o Irã desenvolve ou desenvolverá bombas atômicas. Tal suposição, assim tomada como verdade, permite que algumas ações sejam realizadas, tais como “o cumprimento pleno das sanções já impostas ao Irã”; “desativar as usinas instaladas em seu [do Irã] território”; “impor novas sanções ao Irã”. Como se vê, portanto, além de transformar uma suposição em fato, ainda se permite que tal suposição seja suficiente para a tomada de medidas impositivas ao governo iraniano.

Outra acusação muito presente é a da construção secreta de uma nova usina nuclear: “o Irã está construindo secretamente mais uma usina nuclear”; “a revelação da existência de uma instalação secreta”; “a descoberta de uma nova usina atômica no Irã”; “construir secretamente uma usina nuclear”. O “segredo” dessa construção parece contribuir para a justificativa da falta de comprovação do desenvolvimento de armas nucleares, passando a ideia de que as armas podem ser construídas “secretamente”, como a usina.

Além disso, corrobora com o pensamento de que o programa nuclear é perigoso, pois, aparentemente, não deveriam haver motivos para se construir “secretamente” algo de que não se possa crer ameaçador. Dessa maneira, a ideia de usinas sendo construídas “secretamente” coopera com a noção de um programa nuclear que pretende, também às escondidas, desenvolver bombas atômicas, ameaçando o mundo com tal “ambição”, o que justifica medidas repressivas dos outros países sobre o governo iraniano.

Existe a criminalização de um programa de desenvolvimento energético que, até que se prove o contrário, deveria ser visto como pacífico. Para isso, esvazia-se a capacidade de defesa na medida em que se exclui a autoridade daqueles que afirmam que a energia nuclear no Irã não será utilizada para fins militares. Não há como entender que o programa nuclear tenha utilidade pacífica, já que não se compreende o discurso daqueles que entram em defesa desta ideia, nem há como se comprovar a materialidade das acusações de que o programa nuclear é perigoso ao mundo, porque não são apresentadas provas.

Assim, as acusações contra o Irã são feitas, mas jamais comprovadas, e isso permite que a questão seja discutida sem que seja levada a uma solução definitiva. Não evidenciando aquilo que se denuncia, pode-se continuar com insinuações e ameaças, sem nunca chegar à verdade ou à revelação definitiva dos fatos. Portanto, ao criminalizar o programa nuclear

iraniano, sem que, para tanto, seja demonstrado o perigo real ou a total ausência de risco desse programa, é construída a imagem de um potencial inimigo, o qual, além de não ser seriamente ouvido, é visto como eminentemente prejudicial à maior parte das nações.

4.4. “O Irã ataca e os outros se defendem”

O Irã está localizado numa região em que os conflitos acontecem com certa frequência. Nesse contexto, os países que se encontram no Oriente Médio ou próximo a esta região possuem determinada necessidade de investir em armas. Isso é uma forma de evitar ser atacado pelos vizinhos e, também, de ameaçar as demais nações com o intuito de exercer influência política.

Pelo que se pôde verificar na cobertura realizada pelo Jornal Nacional sobre o Irã, vê-se que existe uma tentativa de demonstrar que este país restringe-se ao perfil de atacante na política internacional, jamais utilizando os armamentos que possui com o intuito de preservar-se. É passada a ideia de um Irã ofensivo, invariavelmente no ataque, jamais na defensiva. A imagem que se tem é de que os outros possuem a obrigação de defender-se do Irã, um inimigo beligerante.

Luís Fernando Silva Pinto: O plano do ex-presidente George Bush tinha como objetivo *neutralizar* [grifo nosso] mísseis iranianos de alcance longo usando radares na República Checa, mísseis na Polônia e milhares de militares americanos no Leste Europeu. (Jornal Nacional, 17 de setembro de 2009)

Em primeiro lugar, podemos perceber que o Irã é visto como um inimigo e ameaça em potencial sem que haja uma guerra declarada entre este país e as nações europeias que Bush pretendia “defender”. Além disso, note que, no trecho acima, os mísseis, radares e militares que o ex-presidente dos Estados Unidos George W. Bush planejava implantar na Europa era entendido como uma forma de defesa, na medida em que deveria existir para “neutralizar mísseis iranianos de alcance longo”, ou seja, o ex-presidente dos Estados Unidos pretendia

impedir que os mísseis iranianos fossem utilizados, não se supondo que os mísseis de Bush pudessem, também, ser empregados como armas de ataque contra o Irã, ou que os mísseis do Irã pudessem ser aproveitados como uma maneira de “neutralizar” os mísseis, radares e militares norte-americanos.

De fato, a instalação de um aparato bélico por Bush não é vista como o armamento de uma provável estrutura de ataque a outros países, mas, antes, reserva-se para tal acomodação militar a qualidade de “neutralizar”, proteger. É como se não fosse possível imaginar que o risco também pode surgir dos Estados Unidos; que o aparato militar que Bush planejou montar pode ser um perigo para outras nações tanto quanto os mísseis testados pelo governo iraniano; que os Estados Unidos são uma ameaça tão grande ou maior do que o Irã para o restante do mundo. Essa ideia é repetida quando os Estados Unidos fazem ameaças a países como Coreia do Norte e Irã. Vejamos:

Lília Telles: Diante do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, Barack Obama criticou o Irã e a Coreia do Norte, e *disse que os dois países puseram as armas nucleares à frente da segurança e da estabilidade do seu próprio povo. Ahmadinejad riu* [grifo nosso]. (23 de setembro de 2009)

Acima, pode-se verificar que é Barack Obama quem aparece em tom de ameaça, alegando que o programa nuclear dos dois países colocou a “estabilidade” e a “segurança” dos povos destas nações em risco. De fato, podemos imaginar de onde viria esse risco: claramente fica a ideia de que o risco viria de uma possível operação militar que objetivasse aniquilar as “armas nucleares” dos norte-coreanos e iranianos. É, pois, correto concluir que Obama discursa com uma espécie de intimidação, atacando ao invés de resguardar-se, atemorizando e não se defendendo.

Contudo, após apresentar a ameaça de Obama, o Jornal Nacional exibe a imagem de Ahmadinejad rindo, num gesto que não indica despreocupação ou justeza de consciência, mas sim nocividade e crueldade. Em conjunção com a imagem, a frase “Ahmadinejad riu” leva a crer na existência de um presidente iraniano de atos ignóbeis, sorrindo ante a ameaça feita ao povo do país que governa; é a exposição de um líder para quem não interessam os problemas e prejuízos advindos da guerra, sendo capaz de divertir-se com o prenúncio do flagelo. A

imagem de vilão é construída para Ahmadinejad, ainda quando este tem o país ameaçado, ocupando uma posição que se aproximaria muito mais com a defesa do que com o ataque propriamente.

Portanto, o Irã está invariavelmente atacando, já sendo possível, inclusive, de acordo com o Jornal Nacional, determinar quais serão os primeiros alvos da futura ofensiva.

4.5 “Os alvos iranianos são Israel e a Europa”

Associada à ideia de que o Irã é o ente nocivo nas relações políticas internacionais, está a noção de que este país pode vir a atacar Israel e a Europa. Nas notícias que trataram sobre o teste de mísseis de longo alcance pelo Irã, o Jornal Nacional cita os territórios israelense e europeu como os limites que podem ser atingidos por estes mísseis. Nenhum outro país ou continente que poderia ser alcançado pelos armamentos é citado, como se Israel e a Europa fossem os alvos óbvios do governo iraniano no caso de ocorrer uma guerra. Assim, o palco para o conflito é teoricamente montado antes de o combate, ou até mesmo da proclamação oficial deste, ocorrer; as armas são postas em movimento antes de se deslocarem de fato.

Fátima Bernardes: O governo do Irã voltou a provocar hoje *muita preocupação na comunidade internacional* [grifo nosso]. Pelo segundo dia seguido, o país realizou testes com mísseis.

William Bonner: E o que foi lançado hoje foi um míssil de longo alcance. *Quer dizer, teoricamente, poderia atingir tanto Israel quanto a própria Europa.* [grifo nosso] (Jornal Nacional, 28 de setembro de 2009)

Lília Teles: Isso significaria que, partindo do Irã, o míssil teria capacidade para alcançar *Israel, bases militares americanas no Golfo Pérsico e alguns países da Europa.* [grifo nosso] (Jornal Nacional, 28 de setembro de 2009)

William Bonner: Pois é, ontem, o país dele, o Irã, testou um míssil de longo alcance, capaz de atingir tanto *Israel quanto a Europa* [grifo nosso]. Hoje, o governo iraniano reafirmou que não vai abrir mão do programa nuclear. (Jornal Nacional, 29 de setembro de 2009)

Os “mísseis de longo alcance” parecem ter um propósito específico: “atingir tanto Israel quanto a própria Europa”. De tal forma essa suposição de que os mísseis poderão atingir Israel ou a Europa é reproduzida que se apresenta como pouco provável a noção da utilização destes mísseis para outro fim que não o de “alcançar Israel, bases militares americanas no Golfo Pérsico e alguns países da Europa”. Efetivamente, na medida em que tais mísseis são capazes de “provocar [...] muita preocupação na comunidade internacional”, é possível supor que a utilização que se fará deles não é de defesa ou neutralidade, mas antes será uma utilização maléfica, porque “preocupante”.

É como se o Irã estivesse advertindo Israel e a Europa de que poderia atacá-los, embora isso não tenha sido feito. Cria-se o entendimento de que existe um conflito envolvendo Israel e a Europa contra o Irã, e tal conflito não se limita a discussões ou desentendimentos culturais, mas envolve, além disso, outro risco, o de uma guerra armada, que está sendo preparada e cujos agentes já estão, pela visão passada pelo Jornal Nacional, se aparelhando para entrar em ação.

Persiste o entendimento de que o governo iraniano tem pretensões de ataque, negando a possibilidade de que esteja desenvolvendo armamentos com a finalidade de resguardar-se de ofensivas externas. O telejornal tira conclusões a partir de determinados fatos e tais conclusões, levantadas como hipóteses, são utilizadas de forma repetida, de maneira que se cria uma ilusão de veracidade ou de concretude daquilo que, na verdade, não passa de conjectura. O Irã poderia atacar Israel ou a Europa, mas isso não ocorreu até então nem o governo iraniano demonstrou explicitamente estar tomando qualquer medida que possa levar a crer que tal acontecimento se dará de fato.

Outro aspecto relevante é o fato de que o telejornal parece “identificar-se” com Israel e a Europa, na medida em que afirma que o ato iraniano de testar mísseis causa “preocupação” na comunidade internacional na medida em que pode atingir os territórios europeus e israelenses. Como se vê, novamente a ideia de nação maléfica é empregada para referenciar-

se ao Irã, numa bipartição do mundo que pretende fazer supor que o Irã está no sentido inverso do restante do globo, insulado dentro de suas próprias ambições.

Assim, o conflito é instaurado antes de efetivamente ocorrer; a simulação da guerra é montada antes que esta seja declarada; os inimigos e os aliados são reconhecidos sem que, para tanto, se verifique um combate acontecendo; os armamentos trazem o prognóstico de uma batalha que não se limita, pela visão do Jornal Nacional, a um embate de ideias ou a um desentendimento cultural, mas atinge as proporções de uma guerra com a utilização de armas de destruição em massa.

4.6 “Mahmoud Ahmadinejad não merece crédito”

No material analisado, parece formar consenso que o representante do Estado iraniano é o presidente Mahmoud Ahmadinejad. Quase na totalidade das vezes, é sobre o presidente que se referem os jornalistas do JN quando pretendem tornar algum discurso como afirmação oficializada do Irã. Além disso, enquanto o nome do aiatolá Khamenei, o Líder Supremo iraniano, não é sequer citado, Ahmadinejad é repetidamente mencionado. No entanto, embora o telejornal admita que Ahmadinejad possa ser entendido como o representante oficial do país, o discurso do presidente dá ares de não ter autoridade alguma. De fato, parece existir, no material analisado, a ideia de que Ahmadinejad ocupa a presidência iraniana indevidamente, além de ser visto como alguém “controvertido”, cheio de ódio, suspeito, fraudulento, capaz de tornar o Irã “ainda mais isolado” nas relações internacionais.

Dessa maneira, afirmações que poderiam fazer com que o “temor” da “comunidade internacional” se mostrasse infundado, como a alegação de Ahmadinejad de que o Irã não pretende construir armamentos nucleares, não são levadas em conta. Entendendo o representante iraniano como um indivíduo cujo discurso não possui confiabilidade, naturalmente não se é capaz de concluir que os discursos oficiais do governo deste país podem ser vistos como verídicos.

Heraldo Pereira: Hugo Chávez foi recebido pelo presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, *reeleito em junho numa votação contestada pela oposição* [grifo nosso]. (5 de setembro de 2009)

Lília Telles: Mahmoud Ahmadinejad voltou a dizer que o Holocausto é um mito, uma mentira, um pretexto para justificar a criação do estado de Israel. Ele disse ainda que os iranianos têm obrigação religiosa de *confrontar o estado israelense* [grifo nosso]. [...] *A reação internacional foi imediata* [grifo nosso]. O ministro britânico das Relações Exteriores, David Miliband, classificou as declarações de *repugnantes* [grifo nosso]. Na Alemanha, autoridades afirmaram que *Ahmadinejad é uma desgraça para o Irã* [grifo nosso]. Aqui, nos EUA, a Casa Branca condenou o que chamou de *declarações cheias de ódio, que isolam ainda mais o Irã do resto do mundo* [grifo nosso]. Mahmoud Ahmadinejad chega a Nova York na semana que vem para a Assembleia Geral das Nações Unidas. Ele participaria de um debate organizado por estudantes iranianos. *Mas o hotel onde aconteceria o encontro proibiu o evento assim que soube da presença de Ahmadinejad. Enquanto Ahmadinejad discursava, milhares de pessoas protestavam contra o governo* [grifo nosso]. Foi a maior manifestação deste tipo desde julho, quando os opositores saíram às ruas para denunciar *fraudes na eleição presidencial* [grifo nosso]. (Jornal Nacional, 18 de setembro de 2009)

Lília Teles: Diante do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, Barack Obama criticou o Irã e a Coreia do Norte, e disse que os dois países puseram as armas nucleares à frente da segurança e da estabilidade do seu próprio povo. *Ahmadinejad riu* [grifo nosso]. [...] A sessão de abertura da Assembléia Geral não foi o único compromisso do dia do presidente Lula. No meio da tarde, ele teve um encontro com *uma das figuras mais controvertidas da política atual* [grifo nosso]: o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad. (Jornal Nacional, 23 de setembro de 2009)

Rodrigo Bocardi: Mas, numa entrevista coletiva, em Nova York, o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, disse que nunca escondeu a existência da fábrica, que sempre trabalhou junto com os inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica e que *o Ocidente vai se arrepender das acusações* [grifo nosso]. [...] O presidente iraniano Mahmoud

Ahmadinejad vai fazer uma visita ao Brasil, em novembro. O convite foi feito há dois dias, num encontro entre o presidente Lula e o presidente do Irã, aqui em Nova York. Hoje, depois de conversar rapidamente com Obama sobre o Irã, Lula disse que não há nenhum constrangimento na aproximação com Ahmadinejad. (Jornal Nacional, 25 de setembro de 2009)

Renata Vasconcelos: Nos EUA, o presidente americano, Barack Obama, propôs ao Irã um diálogo sério e abrangente sobre *as ambições nucleares do presidente Mahmoud Ahmadinejad* [grifo nosso]. (Jornal Nacional, 26 de setembro de 2009)

Fátima Bernardes: No próximo mês de novembro, o Brasil vai receber a visita de um chefe de Estado que o *mundo inteiro vê com desconfiança* [grifo nosso]: o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, um homem que já disse mais de uma vez que o massacre de milhões de judeus na Segunda Guerra Mundial não existiu. (Jornal Nacional, 29 de setembro de 2009)

Como pôde ser entendido pela seleção dos trechos acima, verificamos que os pronunciamentos de Ahmadinejad são, na maioria das vezes, compreendidos como afirmações sem prestígio algum, alegações que, embora ouvidas, não são compreendidas ou aceitas. Na tentativa de comprovar a falta de crédito a que o presidente iraniano deve ser submetido, são utilizadas as falas de vários representantes políticos de todo o mundo, discordando diretamente de alegações de Ahmadinejad: “o ministro britânico das Relações Exteriores, David Miliband, classificou as declarações de repugnantes”; “na Alemanha, autoridades afirmaram que Ahmadinejad é uma desgraça para o Irã”; “aqui, nos EUA, a Casa Branca condenou o que chamou de declarações cheias de ódio, que isolam ainda mais o Irã do resto do mundo”.

Dessa maneira, as declarações de Ahmadinejad, negando a existência do Holocausto, são tidas como “repugnantes” e “cheias de ódio”, configurando-se o presidente iraniano como “uma desgraça para o mundo”, além de ter atitudes que “isolam ainda mais o Irã do resto do mundo”. A imagem de um representante político que danifica as relações entre o país que representa e o restante das nações é construída através da apropriação de discursos daqueles que criticam as atitudes de Ahmadinejad. Não se ouve a fala do presidente iraniano “negando”

a existência do Holocausto, mas tem-se a repercussão que tal declaração “repugnante” e “cheia de ódio” causou, numa construção de sentido que só pode nos levar a crer que Ahmadinejad é um político pernicioso tanto em relação à “segurança e estabilidade do seu próprio povo” quanto em relação ao “resto do mundo”.

O presidente é, também, colocado como alguém que desrespeita afirmações “sérias” ou não se preocupa com o destino do povo que governa, já que, frente ao fato de que “Barack Obama criticou o Irã e a Coreia do Norte, e disse que os dois países puseram as armas nucleares à frente da segurança e da estabilidade do seu próprio povo”, o presidente “Ahmadinejad riu.” Dessa maneira, é como se Ahmadinejad, ao rir diante da ameaça de Obama, confirmasse o que havia sido dito antes: o fato de colocar “as armas nucleares à frente da segurança e da estabilidade do seu próprio povo”, não se importando com um possível ataque dos Estados Unidos, mesmo em presença da advertência de Obama.

O sentido de ameaça da declaração de Obama parece ser justificado ao se apresentar a figura de Ahmadinejad rindo, aparentemente comprovando a falta de compromisso com a “segurança” e a “estabilidade do seu próprio povo”, como se merecesse estar sendo chantageado. Dessa maneira, não é à advertência de Obama que é aderido um valor negativo, bélico, mas sim, ao fato de que Ahmadinejad parece não se preocupar com o seu povo. Mesmo quando ataca (no caso, verbalmente, é claro), tem-se a impressão de que os Estados Unidos o fazem justificadamente, contra um alvo que faz jus à ofensiva.

O presidente iraniano é, por seu turno, tomado como alguém que faz ameaças (“o Ocidente vai se arrepender das acusações”), utilizando-se de conceitos vagos e uma divisão mundial em que parece declarar oposição a um número absurdo de nações (“o Ocidente”). Assim, parece que a separação entre dois únicos pólos sobre o mundo inteiro é percebida como algo possível por Ahmadinejad, o qual demonstra estar do “lado” oriental, aparentemente opondo-se, portanto, àqueles que se julgam “ocidentais”.

Ao mesmo tempo que não aprofunda a ideia exposta por Ahmadinejad, o telejornal faz com que as declarações do presidente pareçam incoerentes e irracionais, como as de um louco. Assim retirada do contexto no qual esteve inserida, a frase do presidente iraniano, ao que tudo indica, deve servir para o propósito específico de apresentá-lo como um sujeito insolente e perigoso, cujas intimidações e atos impensados podem atingir várias lugares, como o “Ocidente”, por exemplo.

Ahmadinejad é, portanto, visto “com desconfiança” pelo “mundo inteiro”, além de ser “uma das figuras mais controvertidas da política atual” e alguém com “ambições nucleares”, tudo isso levando a que o presidente Barack Obama tenha de tomar medidas ajuizadas quanto a este sujeito, ou, por outra, ameaçando-o com “um diálogo sério e abrangente”. Assim, não é fato que mereça atenção o presidente iraniano alegar que o país que ele governa é contrário à fabricação de armas nucleares: o telejornal parece optar por tomar como verídicos os discursos que contrariam aqueles pronunciados por Ahmadinejad.

Além de esvaziar o conteúdo das falas do presidente, o Jornal Nacional opera deixando clara e perceptível a eleição contestada do iraniano. Frequentemente, são lembrados os protestos envolvendo a reeleição de Ahmadinejad, inclusive com a exibição de imagens cuja comprovação de veracidade não pôde ser efetuada (“não é possível comprovar a autenticidade das imagens”), além de adjetivações explícitas, como “votação contestada pela oposição”, “fraudes na eleição presidencial”, “milhares de pessoas protestavam contra o governo”. Dessa maneira, aquele que é entendido pelo Jornal Nacional como o representante oficial do governo iraniano tem a autoridade discursiva objetada ou exaurida, como se ele estivesse falando a partir de uma posição que não deveria lhe competir.

Portanto, as possíveis defesas que o Irã buscar oferecer contra as acusações de que toma parte no cenário político internacional não poderão ser seriamente ouvidas: aquele que as pronuncia já é, de antemão, visto como alguém cuja fala não pode ser entendida. É assim que invariavelmente o Irã será entendido como inimigo. O país parece ser compreendido como o território de onde se comete crueldades por excelência, buscando a guerra, a fabricação de armamentos, possuindo ambições lesivas, isolando-se das outras nações e não estando adequado à convivência com o restante do mundo. O Jornal Nacional coloca Ahmadinejad como representante oficial do governo iraniano e, simultaneamente, dá a este presidente a imagem de um indivíduo cujo discurso é incompreensível, aguerrido e incoerente.

Manifesta-se, desse modo, como inviável a compreensão da posição adotada por Ahmadinejad ou pelo governo do Irã, sendo possível compreender apenas os lados negativos e prejudiciais que podem estar ligados a este político e ao país que ele governa, numa espécie de justificativa de ações impositivas ou mesmo de validação de uma posterior ação mais grave no que diz respeito às relações entre o Irã e o restante dos países. Diante do esvaziamento de

sentido das falas de Ahmadinejad, só é possível entender aqueles que o veem como o inimigo, o opositor, o hostil.

5. Considerações finais

A construção da imagem do Irã como inimigo é feita pelo Jornal Nacional ao longo de toda a cobertura analisada, não se dando possibilidade para que este país apresente uma defesa efetiva. Partindo da criação de uma opinião comum a todos os Estados, como se aquilo a que se referisse o JN não fosse a opinião deste ou daquele setor, desta ou daquela nação, mas do mundo inteiro, este telejornal passa a conceber o Irã como um país isolado, cujo programa nuclear tem finalidades militares, com um governo bélico e representado por uma pessoa maléfica e desacreditada.

Qualquer tentativa de aproximação com o Irã é vista com desconfiança, como é vista com desconfiança a aproximação com um inimigo. A população iraniana é apresentada em multidões, sem individualização, sendo, então, praticamente impossível haver alguma identificação com este povo. Assim desumanizado, o Irã – Estado, povo, cultura – deixa de ser um país como outro qualquer para configurar-se como “o oponente”.

Tal construção de sentido institucionaliza medidas repressoras. Das sanções da ONU a ameaças de guerra, com a montagem de aparatos bélicos direcionados para o Irã, a distância não demonstra ser intransponível, admitindo-se a “necessidade” de controlar um opositor cujos atos, decisões e palavras parecem pôr em risco a existência da “comunidade global”. “Nós” precisamos controlar aquele que nos antagoniza, ou, por outra, precisamos criar o “outro” a fim de que consigamos, com mais presteza, instituir o “nós” que queremos.

É possível entender que essa oposição criada entre o Irã e o resto do planeta também se verifica em escalas menores e a partir de pressupostos diferentes. Podemos, portanto, supor que a criação do “outro” pela mídia está presente em vários discursos, reforçando preconceitos, robustecendo estigmas, bloqueando aproximações. Um programa de piadas em que os nordestinos são invariavelmente achincalhados, um filme em que os vilões são todos árabes, uma novela em que os personagens negros só servem como amigos do ator principal: produções que distanciam o humano, afastando a possibilidade de formar-se um entendimento e aprofundamento do que parece ser (ou se diz que é) o “outro”.

Desde logo, podemos conjecturar que algumas humanidades não são entendidas enquanto tal ou, no mínimo, são diminuídas, como se houvesse a necessidade de afastar determinados setores, de impossibilitar a reunião de todos, de tornar inexecutável a aliança plena. É nesse sentido que o “outro” é produzido para ser intolerável, o oposto é encontrado para que seja rejeitado, o inimigo é instituído para que possamos combatê-lo.

Empreender a acolhida do “diferente” parece demasiadamente difícil, estabelecer a paz com o inimigo aparenta ser medida árdua. A guerra contra aquilo que não vemos como o “semelhante” manifesta uma materialidade contra a qual parecemos indispostos ou impossibilitados de agir. A partir do momento que não o vejo como parte do “meu” grupo, posso aplicar contra você aquilo que não gostaria que acontecesse comigo.

De toda forma, a construção da imagem do Irã no Jornal Nacional também nos leva a verificar a presença de conceitos do passado agora revestidos de novas formas. A ideia de um oriental malvado, inferior e pronto a atacar cruza os séculos, renovando-se exteriormente para que, por dentro, possa continuar imóvel. É claro que não está mais em cena o guerreiro europeu que pretende salvar a “Terra Santa”. No fundo, porém, certos conceitos do oriental estigmatizado ainda perduram, perseverando desuniões.

Até que ponto tais ideias serão capazes de existir é uma questão que podemos levantar, mas não responder com exatidão. Algumas formas de preconceito parecem ser gradativamente extinguidas, quer seja devido à união de forças entre população e mídia, aos poucos reconhecendo que o preconceito deve ser abolido, quer seja por um processo natural de anulação daquilo que não pode mais ser útil ou não tem mais razão de existência. Outros prejulgamentos permanecem, no entanto, e isso nos faz pensar nos motivos devido aos quais certas ideias preconceituosas são levadas adiante – questão que não podemos resolver.

Aliás, vários são os debates que poderiam ser suscitados sem que pudéssemos determinar rigorosamente uma resposta para eles. Os desentendimentos culturais são causados por motivos exclusivamente políticos e econômicos ou, como queria Huntington (1997), são, antes, os determinantes essenciais? A imagem de um planeta onde os conflitos serão causados pelas fronteiras obscuras de “civilizações” divididas a partir de critérios unicamente culturais não nos parece muito verídica, assim como não parece possível que as dessemelhanças culturais, por elas mesmas, também não tenham influência importante nesse “choque”.

É necessário, por isso, contrabalançar esses dois extremos: a cultura não reina absoluta no campo do choque entre as “civilizações” do mesmo modo como os interesses políticos e econômicos não definem, sozinhos, quais países devem ser os inimigos e quais devem ser os aliados. Reconhecendo a existência de ambos os fatores, entenderemos com menor imprecisão as razões a partir das quais o “choque” é criado.

Outra discussão poderia ser levada a efeito sobre a ingerência política no contexto da produção jornalística. Até que ponto o mundo político determina os ângulos da produção no jornalismo? Há, efetivamente, a influência de grupos políticos em jornais dispersos pelo mundo? Se há esta influência, quais valores determinam que um veículo seja mais afeito a um grupo do que a outro?

Se entendermos que os jornais são politicamente influenciados, temos de reconhecer que certos preconceitos e deferenciações podem ter sido determinados a partir de razões que estejam relacionadas a lutas por poder. De fato, se o mundo da política define, ainda que de maneira pouco categórica, qual seja o reconhecimento que se deva dar a certas formas culturais, podemos entender que tal reconhecimento deve ser decidido por razões de dominação, formações ideológicas que se pretende controlar.

Também é necessário deixar claro que em nenhum momento quisemos determinar para o Irã a imagem de uma vítima, presa nas garras “perversas” do “Ocidente”. Se assim o fizéssemos, estaríamos incorrendo em erro semelhante ao daqueles que estão limitados a ver o Irã como uma ameaça. Não há como determinar que este ou aquele país representa o “Bem”, em oposição a um provável “Mal”. Na verdade, o que procuramos foi tornar o debate menos propenso a determinado lado, numa tentativa de trazer certo equilíbrio às partes em questão. Ahmadinejad, Obama, Sarkozy, Irã, Estados Unidos, França – país ou líder algum é exclusivamente vítima, todos são co-artífices no desenho da política internacional, servindo a interesses específicos.

Desse modo, entendemos que o Irã é visto, pelo Jornal Nacional, como um opositor e, a partir de então, não mais como uma nação com a qual é possível aliar-se. Tal determinação instiga a que se reduza a compreensão do sistema de vida desse povo, como se estivesse sendo reduzido um “grau” de humanidade dos iranianos. Esse preconceito é apropriado a partir de formações do passado, a fim de servir às conveniências do presente. Acerca da perenidade de

tal desumanização, a qual só pode comprovar o teor inumano daqueles que a praticam, só o tempo e o advento de novos e modificados interesses poderá fixar.

Referências bibliográficas

ALDÉ, Alessandra. Mídia e guerra: enquadramentos do Iraque. **Site do Grupo de Trabalho Comunicação e Política**. Disponível no endereço <http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/> Acesso em outubro de 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 7ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1998. 127p (Biblioteca de ciências sociais). Editora Zahar; v.25.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. Ontologia da Liberdade na Rede: as multimídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos. **Site do XIX Encontro da Compós**. Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível no endereço <http://compos.com.puc-rio.br/> Acesso em setembro de 2010.

ARBEX JUNIOR, José. **Showrnlismo**: a notícia como espetáculo. 4ª. ed. São Paulo, SP: Casa Amarela, 2005. 290 p.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1998. 272 p.

BERGAMO, Alexandre. Imitação da ordem: as pesquisas sobre televisão no Brasil. **Tempo Social**, volume 18, n.1. São Paulo, SP, junho de 2006. Disponível no site www.scielo.br Acesso em setembro de 2010.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973. 247p

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo, SP: Iluminuras, 2003. 223p.

CARTA CAPITAL. Por que a ira do Irã? **Carta Capital** nº 573, 25 de novembro de 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo, SP: Contexto, 2007. 285 p.

CIA (Central Intelligence Agency). **The World Factbook**. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> Acesso em agosto de 2010

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988.

COSTA, Marisa Vorraber. Ensinando a dividir o mundo: as perversas lições de um programa de televisão. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, 2002. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Site da Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. Sistema de Información Científica Redalyc. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/> Acesso em agosto de 2010.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo no Brasil: um olhar sobre os reflexos do padrão americano. **Anais do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**. Disponível no endereço www.intercom.org.br Acesso em setembro de 2010.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo, SP: UNESP, Boitempo, 1997. 204 p.

ESTADO DE SÃO PAULO. Entenda a polêmica envolvendo o programa nuclear do Irã. **Site do Estado de São Paulo**, 7 de maio de 2010. Disponível no endereço eletrônico www.estadao.com.br/internacional. Acesso em agosto de 2010.

_____. O programa nuclear do Irã. **Site do Estado de São Paulo**, 8 de abril de 2008. Disponível no endereço eletrônico www.estadao.com.br/infograficos. Acesso em agosto de 2010.

_____. Veja as sanções aplicadas pelo Conselho de Segurança da ONU ao Irã. **Site do Estado de São Paulo**, 20 de maio de 2010. Disponível no endereço eletrônico www.estadao.com.br/internacional. Acesso em agosto de 2010.

FAUSTO NETO, Antonio. **O Impeachment da Televisão: como se cassa um presidente**. Rio de Janeiro: Diadorim, c1995. 75p

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008. 79p.; (Leituras filosóficas; 1)

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1993. 87 p.

GOMES, Eduardo Teixeira. **A Revolução iraniana na perspectiva de Khomeini: representações e paradigmas de um governo islâmico xiita (1979-1989)**. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas – PPGHIS, do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo). Vitória, ES, 2007.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"** /. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

HAGEN, Sean. A construção do sentido simbiótico entre o Jornal Nacional e William Bonner. **Sessões do Imaginário**, Vol. 1, Nº 18, 2007. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/> Acesso em outubro de 2010.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1987. 300p.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 455 p.

IANNI, Octavio. Globalização: Novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**, volume 8, n.21. São Paulo, SP, 1994. Disponível no site www.scielo.br. Acesso em setembro de 2010.

JHALLY, Sut. **Reel Bad Arabs: How Hollywood Villifies a People**. Produção de The Media Education Foundation. Direção de Sut Jhally. Estados Unidos, 2006. Documentário; 50 minutos.

KARNAL, Leandro. **Oriente médio**. São Paulo: Scipione, 1994. 71p. : (Ponto de apoio)

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. De Bonner para Homer. **Carta Capital** - Ano XII, Nº 371, 07 de Dezembro de 2005. Disponível no site www.cartacapital.com.br Acesso em outubro de 2010.

LIBANIO, João Batista. O Problema do mal. **Horizonte**, volume 5, n. 9. Dezembro de 2006. Disponível no site www.periodicos.pucminas.br Acesso em novembro de 2010.

LIMA, Marcos Costa. O humanismo crítico de Edward W. Said. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.73. São Paulo, 2008. Disponível no site www.scielo.br Acesso em setembro de 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1997. 198p.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2004. 182 p.

MIGUEL, Luís Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**, volume 20, nº 39. São Paulo, SP, 2000. Disponível endereço www.scielo.br Acesso em setembro de 2010.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: a notícia faz história**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora, 2004.

MEMÓRIA GLOBO – REDE GLOBO. **Jornal Nacional**. Disponível no endereço <http://memoriaglobo.globo.com/> Acesso em outubro de 2010.

MONTENEGRO, Silvia M.. Discursos e Contradiscursos: o Olhar da Mídia Sobre o Islã no Brasil. **Mana**, volume 8, n. 1. Rio de Janeiro, RJ, 2002. Disponível no site www.scielo.br Acesso em setembro de 2010.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo, SP: Contexto, 2004.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. **"Infiéis na terra do islão"**: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 376p. (Série de Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas da Fundação Calouste Gulbenkian)

PRESIDENCY OF THE REPUBLIC ISLAMIC OF IRAN. **Constitutional Executive Authority**. Disponível no endereço <http://www.president.ir/en/> Acesso em agosto de 2010

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 141p.

RICUPERO, Rubens. O mundo após o 11 de setembro: a perda da inocência. **Tempo Social**, volume 15, nº 2. São Paulo, SP. Novembro, 2003. Disponível no endereço www.scielo.org.br Acesso em agosto de 2010.

RODRIGUES, Maria Beatriz. Interculturalidade: por uma genealogia da discriminação. **Psicologia e Sociedade**. Vol.19 n. 3. Porto Alegre, RS, 2007. Pode ser encontrado no site www.scielo.br Acesso em setembro de 2010.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007. 523 p.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A construção da notícia internacional na imprensa brasileira. **Revista Brasileira de Política Internacional**, volume 43, n.1. Brasília, DF, 2000. Disponível no endereço www.scielo.br Acesso em outubro de 2010.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico**. 3 ed. São Paulo, SP: Summus, 1985. 161p (Novas buscas em comunicação, v.6)

SOUTO, Fhoutine Marie Reis. Os atentados de 11/9 de Setembro nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo de 2001 a 2008. **Site da Compolítica** (Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política). Disponível no endereço <http://compolitica.org/> Acesso em setembro de 2010.

STEVANIM, Luís Felipe Ferreira. As charges do profeta: dilemas da liberdade de imprensa na era da globalização. In: MELO, José Marques de; PAIVA, Raquel. **Ícones da sociedade midiática**: da aldeia de McLuhan ao planeta de Bill Gates. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, Intercom, 2007. 189 p.

TRAVANCAS, Isabel. Jovens universitários cariocas e o Jornal Nacional. **ECO-PÓS**, volume 8, nº 2, agosto-dezembro, 2005. Disponível no endereço: <http://www.pos.eco.ufrj.br/> Acesso em setembro de 2010.

VAKIL, Abdoolkarim. Pensar o Islão: Questões coloniais, interrogações pós-coloniais. **Site do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra**. Disponível no endereço <http://www.ces.uc.pt/> Acesso em agosto de 2010.

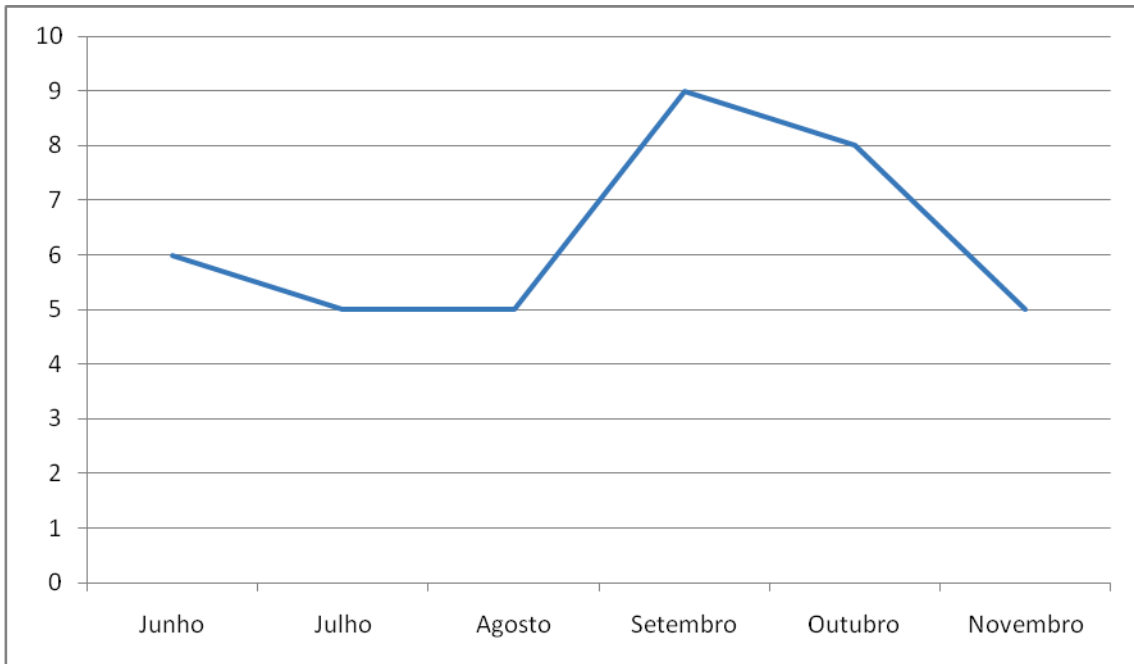
WAINBERG, Jacques A. Comunicação internacional e intercultural: A luta pelo imaginário social, o temor à segregação e o caso do terrorismo. **Civitas**. Porto Alegre, RS, volume 5, nº 2, julho-dezembro de 2005. Disponível no endereço <http://revistaseletronicas.pucrs.br/> Acesso em outubro de 2010.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Assistir, ouvir, ler e narrar: o papel da mídia nas construções identitárias étnicas. **Revista de Antropologia**, volume 48, n.2. São Paulo, SP, jul./dez. 2005. Disponível no site www.scielo.br Acesso em setembro de 2010.

Anexos

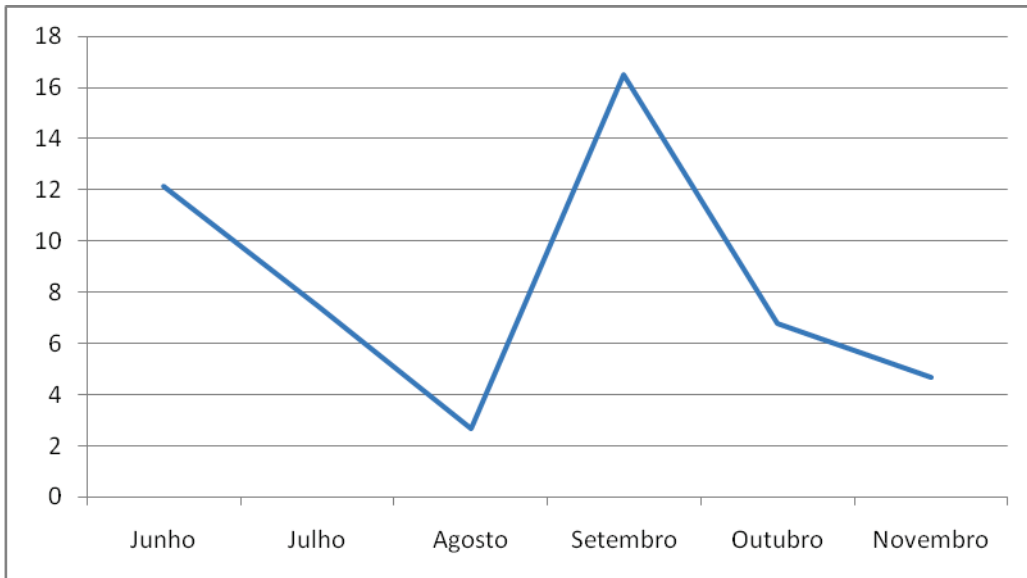
Anexo A

Quantidade de matérias em que o Irã foi citado no Jornal Nacional, mensalmente, de junho a novembro de 2009.



Anexo B

Quantidade mensal acumulada, em minutos, do tempo dedicado a matérias sobre o Irã no Jornal Nacional de junho a novembro de 2009.



Anexo C

Transcrição das notas e notícias do Jornal Nacional analisadas, correspondentes ao período entre 1º de setembro e 1º de outubro de 2009.

01.09.09

William Bonner: O governo do Irã anunciou, nesta terça-feira, que vai apresentar uma proposta às Nações Unidas sobre o programa nuclear do país. Os Estados Unidos e países europeus acusam o Irã de usar o programa para fins militares.

Fátima Bernardes: E o nome de um homem procurado pela polícia internacional foi aprovado pelo parlamento iraniano para o cargo de ministro da Defesa. Ahmad Vahidi foi indicado pelo presidente Ahmadinejad. Vahidi foi acusado pelo governo argentino de envolvimento em um atentado que matou 85 pessoas em 1994 em um centro judaico de Buenos Aires.

05.09.09

Heraldo Pereira: O presidente da Venezuela está no Irã para uma visita de sete dias. Hugo Chávez foi recebido pelo presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, reeleito em junho numa votação contestada pela oposição. Chávez defendeu o programa nuclear do Irã. Disse que não há provas de que o país esteja planejando construir uma bomba atômica. Chávez também anunciou a intenção de construir usinas nucleares na Venezuela, com ajuda iraniana.

17.09.09

Fátima Bernardes: O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, botou um ponto final em uma crise política criada pelo antecessor dele, George Bush, e desistiu de instalar o escudo antimísseis no Leste da Europa que tinha provocado protestos da Rússia.

William Bonner: O correspondente Luís Fernando Silva Pinto explica essa mudança de planos.

Luís Fernando Silva Pinto: O novo sistema anunciado por Barack Obama foi projetado para defender a Europa contra mísseis iranianos de alcance médio e vai ser operado principalmente a partir de navios americanos no Mediterrâneo.

O plano do ex-presidente George Bush tinha como objetivo neutralizar mísseis iranianos de alcance longo usando radares na República Checa, mísseis na Polónia e milhares de militares americanos no Leste Europeu.

A Casa Branca disse que não está abandonando os aliados na Europa e reafirmou apoio à República Checa e à Polónia. Segundo o governo americano, o Irã não conseguirá desenvolver mísseis de alcance longo nos próximos anos.

O plano de Bush contrariava o governo de Moscou, que se sentia ameaçado com a possibilidade de ter mísseis e tropas americanas tão perto de suas fronteiras. Com o anúncio desta quinta-feira, Barack Obama reduz a tensão entre os dois países e pode também ganhar a boa vontade russa na tentativa de convencer o Irã a não fabricar mísseis nucleares.

O presidente russo Dmitry Medvedev elogiou a decisão de Obama e disse que vai discutir a questão dos mísseis balísticos na semana que vem em Nova York, durante a Assembléia Geral das Nações Unidas.

18.09.09

Chico Pinheiro: A comunidade internacional reagiu com firmeza às declarações do presidente iraniano, que voltou a dizer que a morte de 6 milhões de judeus pelo regime nazista foi uma farsa.

Fátima Bernardes: É o que informa de Nova Iorque a correspondente Lília Telles.

Lília Telles: A declaração do presidente iraniano foi feita na universidade de Teerã. Mahmoud Ahmadinejad voltou a dizer que o Holocausto é um mito, uma mentira, um pretexto para

justificar a criação do estado de Israel. Ele disse ainda que os iranianos têm obrigação religiosa de confrontar o estado israelense.

O discurso foi feito no final da marcha que marca o "Dia Contra Israel", comemorado no Irã, e que, este ano, foi no mesmo dia em que judeus de todo o mundo celebram o começo do ano novo judaico.

A reação internacional foi imediata. O ministro britânico das Relações Exteriores, David Miliband, classificou as declarações de repugnantes. Na Alemanha, autoridades afirmaram que Ahmadinejad é uma desgraça para o Irã.

Aqui, nos EUA, a Casa Branca condenou o que chamou de declarações cheias de ódio, que isolam ainda mais o Irã do resto do mundo. Mahmmoud Ahmadinejad chega a Nova York na semana que vem para a Assembleia Geral das Nações Unidas. Ele participaria de um debate organizado por estudantes iranianos. Mas o hotel onde aconteceria o encontro proibiu o evento assim que soube da presença de Ahmadinejad.

Enquanto Ahmadinejad discursava, milhares de pessoas protestavam contra o governo. Foi a maior manifestação deste tipo desde julho, quando os opositores saíram às ruas para denunciar fraudes na eleição presidencial.

As cenas foram registradas por um cinegrafista amador. Como a imprensa internacional está proibida de trabalhar no Irã, não é possível comprovar a autenticidade das imagens.

23.09.09

Fátima Bernardes: O presidente americano, Barack Obama, discursou pela primeira vez em uma assembleia da ONU, e ressaltou que ninguém deve esperar que os Estados Unidos resolvam os problemas mundiais.

Lília Teles: Como acontece tradicionalmente, o presidente brasileiro foi o primeiro a discursar. Disse que apesar dos progressos no combate à crise econômica, ainda não vê uma disposição clara para enfrentar as graves distorções da economia global.

Lembrou que o Brasil foi um dos últimos a sentir os efeitos da crise, e um dos primeiros a sair da recessão.

Lula: O que o Brasil e outros países demonstraram é que também nos momentos de crise precisamos realizar audaciosos programas sociais e de desenvolvimento.

Lília Teles: Defendeu a revitalização das Nações Unidas.

Lula: Não é possível que as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, sejam regidos pelos mesmos parâmetros que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Lília Teles: E alertou o mundo para o aquecimento global.

Lula: Preocupa-nos a resistência dos países desenvolvidos em assumir sua parte na resolução das questões referentes à mudança do clima.

Lília Teles: Depois, no primeiro discurso dele à Assembleia Geral, Barack Obama disse que os Estados Unidos estão buscando, com ações e palavras, uma nova era de engajamento com o mundo. Mas alertou: “Os que costumavam repreender os Estados Unidos por agirem sozinhos não podem agora esperar que o nosso país resolva, sozinho, os problemas do mundo”.

Diante do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, Barack Obama criticou o Irã e a Coreia do Norte, e disse que os dois países puseram as armas nucleares à frente da segurança e da estabilidade do seu próprio povo. Ahmadinejad riu.

Na primeira visita que fez às Nações Unidas, o presidente líbio, Muamar Kadaffi, falou por mais de uma hora. Elogiou o presidente Obama, a quem se referiu como “nosso filho”, mas chamou o Conselho de Segurança da ONU de “conselho do terror”, e rasgou uma cópia do documento que deu origem às Nações Unidas.

Gordon Brown, primeiro ministro britânico, fez questão de rebater as críticas do ditador líbio: “Estou aqui para reafirmar a carta das Nações Unidas e, não, rasgá-la”.

A sessão de abertura da Assembléia Geral não foi o único compromisso do dia do presidente Lula. No meio da tarde, ele teve um encontro com uma das figuras mais controvertidas da política atual: o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad.

O encontro durou mais de uma hora. Depois, Lula explicou o que os dois conversaram no encontro privado.

Lula: Isso não é uma relação de um clube de amigos. Isso é uma relação do Estado brasileiro com o Estado Iraniano. Hoje eu estou na presidência do Brasil e ele está na presidência do Irã. E, como eu acho que o Brasil tem que utilizar a tecnologia nuclear para fins pacíficos, é o mesmo que eu desejo para o Irã, que ele possa ter os mesmos direitos que tem o Brasil e que tem outros países que trabalham a questão nuclear para fins pacíficos.

25.09.09

William Bonner: A denúncia de que o Irã está construindo secretamente mais uma usina nuclear dominou, hoje, as atenções na reunião dos principais líderes mundiais. E isso justamente um dia depois de o conselho de segurança da ONU ter aprovado uma resolução histórica contra a proliferação de armas nucleares.

Fátima Bernardes: Essas discussões foram durante o encontro do chamado G-20, em que se decidiu que esse grupo de países passará a ser o principal fórum de decisões da economia global. Países em desenvolvimento, como o Brasil, terão voz em discussões que, até hoje, só consideravam as opiniões de oito chefes de governo.

Giuliana Morrone: Na foto oficial, alguns presidentes tiveram mais motivos para sorrir. Daqui para frente, esse grupo, o G-20 passa a ser o fórum principal nas decisões sobre a economia mundial e não mais o G-8, que reúne só os sete países mais industrializados além da Rússia. Brasil, China, Índia, entre outros, passam a fazer parte do clube seleta de líderes.

No encontro de hoje, decidiram continuar liberando dinheiro para fortalecer a economia. E para que as instituições financeiras não se aventurem em operações que ameacem o mercado, o pagamento de bônus a executivos de bancos vai ficar condicionado aos resultados positivos que eles conseguirem.

O G-20 mudou também o jogo de forças no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial. Países emergentes, como o Brasil, ganharam mais participação nas cotas e terão mais peso nas decisões.

Os líderes se comprometeram ainda a concluir no ano que vem as negociações sobre o novo acordo de comércio internacional. O objetivo da rodada de Doha é reduzir barreiras às importações.

Do lado de fora, milhares de manifestantes voltaram a protestar.

Criado para discutir a economia mundial, o G-20 virou, hoje, o mais importante fórum político do mundo. Os chefes das maiores potências aproveitaram a reunião para fazer um alerta: os presidentes dos Estados Unidos e da França e o primeiro ministro da Grã-Bretanha acusaram o Irã de ter construído uma instalação secreta para enriquecimento de urânio.

Rodrigo Bocardi: A revelação da existência de uma instalação secreta foi feita um dia depois de o presidente Barack Obama, presidindo pela primeira vez uma reunião do Conselho de Segurança da ONU, pedir o cumprimento pleno das sanções já impostas ao Irã por causa do programa nuclear e sobrar uma ação mais enérgica contra o desenvolvimento de novas armas atômicas.

Por unanimidade, o conselho aprovou uma resolução contra a proliferação e a favor da redução das armas nucleares.

Hoje, em Pittsburgh, depois que o presidente americano disse que o Irã desafia a comunidade internacional; depois que o presidente francês, Nicolas Sarkozy, afirmou que o país não colabora com os inspetores da ONU; a agência de energia atômica iraniana confirmou a existência de uma segunda instalação nuclear.

Mas, numa entrevista coletiva, em Nova York, o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, disse que nunca escondeu a existência da fábrica, que sempre trabalhou junto com os inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica e que o Ocidente vai se arrepender das acusações.

O temor da comunidade internacional é de que o Irã tenha ambições militares com o programa nuclear embora o país venha afirmando que os fins são pacíficos. O presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad vai fazer uma visita ao Brasil, em novembro.

O convite foi feito há dois dias, num encontro entre o presidente Lula e o presidente do Irã, aqui em Nova York. Hoje, depois de conversar rapidamente com Obama sobre o Irã, Lula disse que não há nenhum constrangimento na aproximação com Ahmadinejad.

Lula: O Brasil está muito à vontade, mas muito à vontade porque somos país que tem na constituição a proibição de armas nucleares. Defendo para o Irã o mesmo que defendo pra mim, desenvolver a energia nuclear com fins pacíficos. Ninguém contesta isso.

William Bonner: Autoridades americanas explicaram que já estavam rastreando, há anos, o projeto secreto de construção da usina no Irã e que o presidente Barack Obama decidiu divulgar a existência dela depois que a agência iraniana descobriu que a obra estava sendo monitorada.

26.09.09

Renata Vasconcelos: Nos EUA, o presidente americano, Barack Obama, propôs ao Irã um diálogo sério e abrangente sobre as ambições nucleares do presidente Mahmoud Ahmadinejad.

Obama disse que a descoberta de uma nova usina atômica no Irã tornou o debate ainda mais urgente.

Hoje, autoridades iranianas convidaram inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica para visitar a instalação.

28.09.09

Fátima Bernardes: O governo do Irã voltou a provocar hoje muita preocupação na comunidade internacional. Pelo segundo dia seguido, o país realizou testes com mísseis.

William Bonner: E o que foi lançado hoje foi um míssil de longo alcance. Quer dizer, teoricamente, poderia atingir tanto Israel e quanto a própria Europa.

Fátima Bernardes: Quem conta de Nova York é a correspondente Lília Teles.

Lília Teles: Mísseis de curto, médio e longo alcances partindo de um deserto no Irã. A guarda revolucionária do país divulgou as imagens dos testes realizados ontem e hoje e afirmou que os lançamentos foram um sucesso.

O governo de Teerã declarou que pelo menos um dos mísseis tem poder para atingir alvos há mais de 2 mil quilômetros de distância.

Isso significaria que, partindo do Irã, o míssil teria capacidade para alcançar Israel, bases militares americanas no Golfo Pérsico e alguns países da Europa.

Os lançamentos ocorrem em meio a uma crescente tensão entre o Irã e o Ocidente, que ainda está sob o impacto da descoberta de uma nova usina de enriquecimento de urânio ao sul de Teerã na semana passada.

Os testes com mísseis foram condenados pela comunidade europeia e pelos Estados Unidos. A Rússia pediu cautela nas negociações. O governo do Irã disse que os mísseis servem para defender o país de todas as ameaças feitas pelo Ocidente.

Na próxima quinta-feira, em Genebra, na Suíça, representantes dos Estados Unidos, China, Rússia, Alemanha, França e Grã-Bretanha vão se reunir com autoridades iranianas. Os seis países querem evitar que o Irã desenvolva armas nucleares.

A república islâmica diz que o programa nuclear é apenas para fins pacíficos, mas vai ser pressionada a desativar as usinas instaladas em seu território.

Fátima Bernardes: O governo americano classificou esses testes como atos de provocação.

William Bonner: O presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad tem uma visita marcada para o Brasil agora no mês de novembro. Na semana passada, quando o governo americano acusou o Irã de construir secretamente uma usina nuclear, o presidente Lula disse que acredita na declaração do governo do Irã de que o programa nuclear do país tem apenas fins pacíficos. Hoje, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro não quis se pronunciar sobre o lançamento desses mísseis.

29.09.09

Fátima Bernardes: No próximo mês de novembro, o Brasil vai receber a visita de um chefe de Estado que o mundo inteiro vê com desconfiança. O presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, um homem que já disse mais de uma vez que o massacre de milhões de judeus, na Segunda Guerra Mundial, não existiu.

William Bonner: Pois é, ontem, o país dele, o Irã, testou um míssil de longo alcance, capaz de atingir tanto Israel quanto a Europa. Hoje, o governo iraniano reafirmou que não vai abrir mão do programa nuclear.

O chefe da agência de energia atômica do país confirmou que está construindo uma usina de enriquecimento de urânio dentro de uma montanha e ao lado de uma base militar. Segundo ele, para proteger a instalação de um possível ataque aéreo, mas o governo do Irã repetiu que o programa nuclear do país tem apenas fins pacíficos.

01.10.09

Fátima Bernardes: O programa nuclear iraniano foi discutido nesta quinta-feira, em uma reunião em Genebra, na Suíça. Estados Unidos, Rússia, China, França, Reino Unido e Alemanha mandaram representantes.

O negociador do Irã prometeu liberar, em até duas semanas, o acesso a uma usina de enriquecimento de urânio. A existência dessa usina foi revelada ao mundo na semana passada e provocou muita desconfiança sobre as ambições nucleares dos iranianos.

O governo americano alertou que vai impor novas sanções ao Irã, se o país usar as negociações para ganhar tempo e continuar desenvolvendo seu programa nuclear. Outra reunião está marcada para o fim do mês.